UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

NATAN WILLIAN DE SOUZA NORONHA

UMA NAÇÃO SOB DEUS:

excepcionalismo, protestantismo e Israel nas eras Bush e Trump

Franca
2025

NATAN WILLIAN DE SOUZA NORONHA

UMA NAÇÃO SOB DEUS:

excepcionalismo, protestantismo e Israel nas eras Bush e Trump

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro

Coorientador: Prof. Me. Tiago Rossi Marques

Franca

2025

N852n

Noronha, Natan Willian de Souza

Uma nação sob Deus : excepcionalismo, protestantismo e Israel nas eras Bush e Trump / Natan Willian de Souza Noronha. -- Franca, 2025

51 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Marcos Sorrilha Pinheiro

Coorientador: Tiago Rossi Marques

1. Relações internacionais. 2. Religião e assuntos internacionais. 3. Características nacionais americanas. 4. Protestantes. 5. Israel. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

NATAN WILLIAN DE SOUZA NORONHA

UMA NAÇÃO SOB DEUS:

excepcionalismo, protestantismo e Israel nas eras Bush e Trump

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Prof. Me. Tiago Rossi Marques
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, Minas Gerais

Me. David Neder Issa Fortuna
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, Minas Gerais

Dedico este trabalho à Verdade das Verdades que, nas palavras do Doutor Angélico, durante os anos da minha graduação e na composição desse trabalho me deu inteligência para compreender, memória para reter, facilidade para aprender, sutileza para interpretar, graça abundante para falar, fortificou meu estudo, dirigiu o seu curso e o aperfeiçoou até o fim. A Ele e somente a Ele dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Trino, Soberano Senhor da vida. Sua graça e misericórdia sustentaram-me ao longo de toda a minha caminhada acadêmica e na elaboração deste trabalho. A Ele rendo graças, pois, como dizem as Escrituras: “Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

Aos meus pais, Edwaldo e Vanessa, expresso minha profunda gratidão. Ao meu pai, pelo zelo, pelos conselhos e pelo incentivo aos meus estudos. À minha mãe, pelo amor, pelas orações e pelo amparo nos momentos de maior adversidade. Aos guerreiros que se colocaram de joelhos para que eu permanecesse de pé, mesmo distante de casa. À minha irmã, Melissa, pelo carinho, companheirismo e apoio de sempre. Agradeço por serem instrumentos da providência de Deus em minha vida, estando comigo em cada etapa desta jornada.

Aos meus avós maternos, Solange e Uriel, à minha avó paterna, dona Zana (Ozaina), aos meus tios Vanessa, Adriano, Pedro, Valéria, Luciano, Michelle, Rodrigo e Alessandra, e aos meus primos Victor, Bruna, Rebecca e Alicia, estendo meu reconhecimento. Aos que já partiram (*in memoriam*), meus bisavós e meu avô paterno, dedico esta saudosa lembrança, pois, embora não possam presenciar este momento nem ler o que escrevi, os caminhos que desbravaram foram fundamentais para que eu pudesse alcançar até aqui.

À Igreja Presbiteriana da Graça (em especial às comunidades Sede e do Mogi Moderno), às igrejas locais de Franca e à Aliança Bíblica Universitária do Brasil (especialmente os grupos de Franca, Ribeirão Preto e Araraquara), agradeço pelas orações, pela amizade e pelo estímulo. Bem como à Igreja Invisível do Senhor, à comunhão dos santos que Cristo resgatou com Seu próprio sangue, pelo poder do Evangelho e do Espírito Santo, que opera a salvação de judeus e gentios, manifesto minha reverência.

Aos meus orientadores, professores Marcos Sorrilha Pinheiro (FCHS-UNESP) e Tiago Rossi Marques (PUC-Minas), manifesto minha gratidão pela paciência, rigor e dedicação com que me guiaram na feitura deste trabalho, que almeja prestar serviço à academia, à Igreja e à sociedade. Agradeço igualmente ao examinador David Neder Issa Fortuna (PUC-Minas), pela prontidão e gentileza com que aceitou contribuir com a avaliação deste momento de minha trajetória. Aos amigos, docentes e colegas do curso de Relações Internacionais, em especial à 21ª turma, registro minha estima pelos quatro anos de convívio acadêmico e humano.

Por fim, a todos aqueles cujos nomes não couberam nesta página, mas que de algum modo contribuíram para a minha formação pessoal, espiritual e intelectual, rogo para que o Senhor os guarde e os abençoe segundo as insondáveis riquezas existentes em Cristo Jesus.

O reino de Jesus transcende os Estados Unidos e toda e qualquer nação da Terra. Enquanto os sistemas terrenos são abalados e seus fundamentos se deslocam, o Reino de Cristo permanece absolutamente inabalável. Tais abalos ocorrem "a fim de que permaneçam as coisas que não podem ser abaladas" (Hebreus 12.27) — ou seja, os reinos deste mundo são deliberadamente conduzidos à instabilidade para que resplandeça, com nitidez, o único fundamento eterno e seguro sobre o qual o ser humano pode se firmar. Diante disso, somos convocados a contemplar o Reino inabalável de Deus e a prostrar-nos em adoração, com reverência e santo temor, diante de nosso Rei soberano e entronizado, Jesus Cristo. **Um dia, os Estados Unidos — com sua breve história e todos os seus presidentes — serão uma nota de rodapé na história do mundo. E o Reino de Jesus seguirá, inabalável, para sempre.** (Piper, 2016, tradução nossa)

RESUMO

A política externa dos Estados Unidos é historicamente moldada pela interação entre o excepcionalismo americano e uma profunda identidade protestante. Este estudo apresenta uma análise comparativa de como esses dois vetores foram mobilizados para justificar e direcionar a política externa para Israel durante as primeiras administrações presidenciais de George W. Bush (2001-2005) e Donald J. Trump (2017-2021). O objetivo central é avaliar as continuidades e rupturas estratégicas na aplicação desses pilares ideológicos por duas administrações republicanas guiadas por estratégias antagônicas. A metodologia emprega uma análise qualitativa e comparativa de estudos de caso, valendo-se de fontes documentais primárias (estratégias de segurança nacional, discursos presidenciais, legislação estatutária e proclamações executivas) em conjunto com a literatura especializada, engajando as tradições de política externa e tipologias de excepcionalismo. Os resultados indicam que a administração Bush articulou um excepcionalismo missionário e universalista, fundindo o idealismo wilsoniano com a força militar jacksoniana ("wilsonianismo de botas" / Estado Cruzado), no qual a fé evangélica pessoal do presidente enquadrou a Guerra ao Terror como uma cruzada moral para a expansão democrática. Em contraste, a administração Trump reconfigurou o excepcionalismo para um registro particularista e transacional (*America Firs*t / Terra Prometida), impulsionado por um Nacionalismo Cristão etnocultural predominantemente enraizado entre eleitores desigrejados. A análise demonstra que o apoio estratégico a Israel em ambas as administrações reflete a interação sinérgica entre a ideologia do sionismo cristão e a pressão institucional do Lobby de Israel organizado. A pesquisa conclui que a gramática teológico-política americana apresenta notável plasticidade institucional, legitimando projetos distintos e conflitantes de poder internacional.

Palavras-chave: excepcionalismo americano; protestantismo; política externa; George W. Bush; Donald J. Trump; Israel.

ABSTRACT

U.S. foreign policy has historically been shaped by the interplay between American exceptionalism and a deep Protestant identity. This study presents a comparative analysis of how these two drivers were mobilized to justify and direct foreign policy towards Israel during the first presidential administrations of George W. Bush (2001-2005) and Donald J. Trump (2017-2021). The central objective is to evaluate continuities and strategic ruptures in the application of these ideological pillars by two Republican administrations guided by opposing grand strategies. The methodology employs a qualitative comparative case study approach, drawing upon primary documentary sources (national security strategies, presidential speeches, statutory legislation, and executive proclamations) alongside specialized literature, engaging foreign policy traditions and exceptionalist typologies. The findings indicate that the Bush administration articulated a missionary and universalist exceptionalism, merging Wilsonian idealism with Jacksonian military force ("Wilsonianism in boots" / Crusader State), in which the president's personal evangelical faith framed the War on Terror as a moral crusade for democratic expansion. Conversely, the Trump administration reconfigured exceptionalism into a particularist and transactional register (America First / Promised Land), driven by an ethno-cultural Christian Nationalism predominantly rooted among unchurched voters. The analysis demonstrates that strategic support for Israel in both administrations reflects the synergistic interaction between Christian Zionist ideology and the institutional pressure of the organized Israel Lobby. The thesis concludes that American theological-political grammar displays remarkable institutional plasticity, legitimizing distinct and conflicting projects of international power.

Keywords: American Exceptionalism; Protestantism; Foreign Policy; George W. Bush; Donald J. Trump; Israel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

11/9	Onze de Setembro de 2001
ABC	Princípio *Anything But Clinton* (Qualquer Coisa Menos Clinton)
AIPAC	American Israel Public Affairs Committee (Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense)
CUFI	Christians United for Israel (Cristãos Unidos por Israel)
EUA	Estados Unidos da América
JCPOA	*Joint Comprehensive Plan of Action* (Plano de Ação Conjunto Global)
MAGA	*Make America Great Again* (Faça a América Grande Novamente)
NAR	*New Apostolic Reformation (*Nova Reforma Apostólica*)*
NSS	*National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional)
ONU	Organização das Nações Unidas
ZionCons	*Zionist Neoconservatives* (Neoconservadores Sionistas)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 13

2 PROBLEMA DE PESQUISA..... 14

3 OBJETIVOS..... 14

3.1 OBJETIVO GERAL..... 14

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 14

4 CAPÍTULO 1: O EXCEPCIONALISMO AMERICANO E O FATOR RELIGIOSO NA TEORIA — NOÇÕES E CONTRIBUIÇÕES..... 15

4.1 EXCEPCIONALISMO AMERICANO: DEFINIÇÃO E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA..... 15

4.1.1 Conceito e características..... 15

4.1.2 Origens históricas..... 16

4.1.3 Contribuições teóricas e intelectuais..... 17

4.2 PROTESTANTISMO E OS PRINCÍPIOS CRISTÃOS DA IDENTIDADE NACIONAL AMERICANA..... 18

4.2.1 A influência do protestantismo na identidade nacional americana..... 18

4.2.1.1 Influência do calvinismo..... 18

4.2.1.2 Influência do puritanismo..... 18

4.2.1.3 Influência do evangelicalismo..... 19

4.2.2 Princípios cristãos e a política externa dos Estados Unidos..... 20

4.3 CRÍTICAS SECULARES E RELIGIOSAS AO EXCEPCIONALISMO AMERICANO..... 21

4.3.1 Desafios ao discurso de superioridade..... 21

4.3.2 Contradições na prática da política externa..... 21

4.3.3 Efeitos no sistema internacional..... 22

5 CAPÍTULO 2: EXCEPCIONALISMO E FATOR RELIGIOSO NA PRÁTICA — AS ADMINISTRAÇÕES BUSH E TRUMP..... 23

5.1 A ADMINISTRAÇÃO GEORGE W. BUSH (2001-2005)..... 23

5.1.1 Circunstâncias históricas e políticas no governo George W. Bush..... 23

5.1.2 Neoconservadorismo, evangelicalismo, excepcionalismo e a política externa

de George W. Bush..... 24

5.1.3 George W. Bush, o Oriente Médio e a centralidade de Israel..... 25

5.2 A ADMINISTRAÇÃO DONALD J. TRUMP (2017-2021)..... 27

5.2.1 Panorama histórico-político e coalizões do governo Donald J. Trump.....27

5.2.2 Nacionalismo cristão, excepcionalismo e a política externa de Donald J. Trump.....28

5.2.3 O Oriente Médio, Israel e a agenda Trump.....29

6 CAPÍTULO 3: EXCEPCIONALISMO E FATOR RELIGIOSO EM AÇÃO — AS ADMINISTRAÇÕES BUSH E TRUMP E SUAS POLÍTICAS PARA O ORIENTE MÉDIO E ISRAEL..... 31

6.1 EXCEPCIONALISMO NAS GESTÕES BUSH E TRUMP..... 31

6.1.1 A natureza da missão: universalismo moral vs. particularismo nacionalista…….. 31

6.1.2 O exercício da liderança: hegemonia benevolente vs. unilateralismo transacional.....32

6.2 FATOR RELIGIOSO: DO EVANGELICALISMO DE BUSH AO NACIONALISMO CRISTÃO DE TRUMP..... 33

6.2.1 Do evangelicalismo bushiano ao nacionalismo cristão trumpista..... 33

6.2.2 O sionismo cristão e o lobby de Israel em Bush e Trump.....34

6.3 LEGADOS E TRANSIÇÕES: DE BUSH A TRUMP..... 35

6.3.1 De Bush a Obama: continuidades e legados..... 35

6.3.2 De Obama a Trump: rupturas, legados e a dialética da política externa dos EUA..... 36

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 37

REFERÊNCIAS..... 39

1 INTRODUÇÃO

A identidade e a projeção internacional dos Estados Unidos são historicamente sustentadas por dois pilares: o excepcionalismo americano e a influência do protestantismo (Amstutz, 2014). O excepcionalismo postula que a nação americana possui um destino singular e uma missão moral, sendo uma força cultural que legitima discursos, instituições e estratégias de política externa (Hernandez; Rosa, 2011). Da metáfora puritana da "cidade sobre a colina" à sua encarnação expansionista no Destino Manifesto, essa ideia (Machado, 2015) define os EUA como uma entidade distinta, supostamente imune às leis históricas que governam outras potências e com vocação para a liderança global. Paralelamente, as correntes do protestantismo, do calvinismo ao evangelicalismo, forneceram a gramática moral e teológica que molda valores e justifica uma política externa missionária. Essa interação, contudo, não é unívoca, variando em intensidade e manifestação entre gestões. Os governos de George W. Bush e Donald J. Trump, embora republicanos apoiados pela Direita Cristã, representam momentos distintos dessa dinâmica, especialmente quanto a um dos eixos mais sensíveis da política externa americana: a relação com Israel e o Oriente Médio (Albuquerque, 2020).

A justificativa para a comparação apoia-se em um desenho de sistemas mais semelhantes (*most-similar systems design* - intrapartidário): ao manter constantes a coalizão do Partido Republicano e o alvo bilateral prioritário (Israel), isola-se como variações no estilo de liderança presidencial alteram a execução da política externa. Ressalta-se que, embora o foco sincrônico recaia sobre os primeiros mandatos (Bush 2001-2005 e Trump 2017-2021), dinâmicas regionais mais amplas (como Iraque, Irã, Acordos de Abraão) e transições entre governos entram como pontes diacrônicas contextuais para conectar Bush a Trump. A relevância deste estudo reside na análise comparativa de duas das mais impactantes presidências do século XXI, cujas abordagens sobre a intersecção entre fé, identidade e poder redefiniram o engajamento global dos EUA. Compreender a influência crescente de atores religiosos, notadamente evangélicos e sionistas cristãos, em decisões geopolíticas cruciais, é fundamental para decifrar a política externa americana contemporânea.

Para alcançar os objetivos, emprega-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise comparativa de estudos de caso, utilizando fontes primárias (discursos, documentos oficiais) e secundárias (literatura acadêmica). O referencial teórico mobiliza os modelos de Mead (2002) e McDougall (1997) sobre as tradições da política externa, a tipologia de invocações do excepcionalismo de Gilmore e Rowling (2021), a definição de evangelicalismo de Bebbington

(2005), os modelos de Noll (2022) e Niebuhr (2008), articulados aos pilares da sociologia do Nacionalismo Cristão (Whitehead; Perry, 2020; Du Mez, 2022) e da sinergia entre o sionismo cristão e o Lobby de Israel (Mearsheimer; Walt, 2007). A pesquisa foi concebida para conduzir o leitor de uma base conceitual a uma análise aplicada. O Capítulo 1 dedica-se à fundamentação teórica, explorando o excepcionalismo e a influência protestante. O Capítulo 2 examina individualmente as gestões Bush e Trump, analisando como suas coalizões e visões de mundo informaram suas políticas. O Capítulo 3 realiza a análise comparativa, identificando convergências e rupturas no uso dos elementos estudados e avaliando seus legados.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma o excepcionalismo americano e o fator religioso protestante-evangélico moldaram e legitimaram a política externa dos Estados Unidos em relação a Israel durante as primeiras administrações George W. Bush (2001-2005) e Donald J. Trump (2017-2021)?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como o excepcionalismo americano e o fator religioso protestante-evangélico influenciaram a política externa para Israel e o Oriente Médio nos primeiros mandatos de Bush (2001-2005) e Trump (2017-2021).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Delimitar os conceitos de excepcionalismo americano e de protestantismo, analisando suas origens e influência na política dos EUA.
- Apresentar um panorama histórico dos governos Bush e Trump, identificando as influências intelectuais e religiosas em suas abordagens.
- Explorar as aplicações do excepcionalismo e do fator religioso nas ações de política externa dos EUA no Oriente Médio e em relação a Israel nas gestões Bush (2001-2005) e Trump (2017-2021).

4 CAPÍTULO 1: O EXCEPCIONALISMO AMERICANO E O FATOR RELIGIOSO NA TEORIA — NOÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

4.1 EXCEPCIONALISMO AMERICANO: DEFINIÇÃO E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

4.1.1 **Conceito e características**

O excepcionalismo orienta a política externa dos EUA como uma gramática cultural, inspirando discursos, instituições e estratégias. Sua premissa é a posição distinta dos EUA no sistema internacional, definida pela ideologia e teologia de seus documentos fundacionais. Normatizado, promove uma atuação externa hegemônica e missionária, fundindo identidade nacional e política externa. De acordo com Restad (2015), o conceito assenta-se em três pilares: distinção, missão e resistência às leis históricas. A distinção opõe a identidade americana à europeia, uma diferença moral republicana sintetizada na metáfora da "cidade sobre a colina". A missão projeta a expansão de valores por exemplo (exemplarismo) ou intervenção (vindicacionismo), conforme Monten (2005), encarnada no Destino Manifesto, que funde providencialismo e expansionismo para justificar o protagonismo americano. A resistência às leis históricas alega imunidade aos ciclos de poder que regem outras potências, sustentando a autoconfiança estratégica.

O excepcionalismo também funde elementos seculares e religiosos. Os laicos baseiam-se no liberalismo e em vantagens geopolíticas; os religiosos, no providencialismo e no ethos do "povo eleito" (Fonseca, 2007). Essa síntese da tradição judaico-cristã com o racionalismo iluminista gera uma estrutura híbrida de legitimação (Cavanaugh, 2011). A naturalização do excepcionalismo, segundo Dalrymple (2010), ancora-se em quatro fatores: 1) a vantagem geográfica, que garantiu isolamento e segurança; 2) uma filosofia política universalista; 3) um ethos religioso autônomo, estruturador da sociedade civil; e 4) a supremacia militar como base da ação unipolar.

Gilmore e Rowling (2021) identificam quatro invocações do excepcionalismo: América-singular (missão única), América-superior (poder inigualável), América-modelo (paradigma normativo) e América-líder (vanguarda internacional). Tal tipologia dialoga com o modelo de Mead (2002), que distingue quatro tradições na política externa: hamiltoniana (interesses econômicos), wilsoniana (difusão da democracia), jeffersoniana (proteção interna) e jacksoniana (nacionalismo assertivo). McDougall (1997) sintetiza essa tensão em dois eixos:

a América como "Terra Prometida" (foco interno) ou "Estado Cruzado" (missão externa). A política externa, portanto, emerge da tensão entre essas tradições. A política de Bush pós-11/9, por exemplo, uniu o idealismo wilsoniano ao ímpeto jacksoniano, mobilizando as noções de América-modelo e líder, enquanto Trump fundiu o jacksonianismo do "*America First*" a um hamiltonianismo transacional, conectando-se na tipologia de Gilmore e Rowling (2021) aos conceitos de América-superior e de autoexcepcionalismo (*Exceptional Me*), no qual o excepcionalismo centra-se na figura personalista do líder perante uma nação retratada como vitimizada. A articulação desses autores fornece o arcabouço para analisar as variações do excepcionalismo, cuja comparação exige um exame de suas origens.

4.1.2 **Origens históricas**

A gênese do excepcionalismo americano antecede o conservadorismo contemporâneo, como destaca Koyzis (2021, p. 162):

> A tendência de muitos protestantes conservadores nos Estados Unidos, que no mais são bem literalistas na sua interpretação da Escritura [...]. É verdade que não foram eles que inventaram a noção dos Estados Unidos como nação escolhida, pois a origem dessa ideia remonta aos primeiros anos da imigração inglesa na América do Norte. John Winthrop, primeiro-governador da colônia da Baía de Massachusetts, afirmou as aspirações de seus companheiros puritanos a estabelecer uma "cidade sobre a colina", que haveria de ser um exemplo fulgurante de comunidade piedosa para o resto das nações.

O sermão de John Winthrop, intitulado *A Model of Christian Charity*[1] , constitui o marco da excepcionalidade americana (Silva, 2024). Sua visão é expressa na afirmação: "Pois devemos considerar que seremos como uma cidade sobre a colina. Os olhos de todos os povos estão voltados para nós" (Winthrop, 2015, p. 9, tradução nossa). A metáfora da "cidade sobre a colina", extraída do Sermão do Monte (Bíblia [...], Mateus, 5, 14), sintetizou a aspiração puritana de ser um paradigma moral global, anunciando a gênese de uma nação predestinada. O imaginário excepcionalista, contudo, possui raízes mais antigas: para Magnotta (2013), a América pré-colonial era vista como espaço regenerador, uma antítese da Europa decadente. Tal visão nutriu a narrativa de distinção e propósito que forjou a identidade dos EUA. Esse percurso revela o excepcionalismo como um imaginário de longa duração, gestado na era pré-colonial e forjado por experiências que consolidaram a percepção de nação eleita.

[1] Um Modelo de Caridade Cristã (tradução nossa).

4.1.3 **Contribuições teóricas e intelectuais**

Intelectuais e correntes teóricas elaboraram e consolidaram o excepcionalismo americano. Alexis de Tocqueville é associado à gênese do termo (Lipset, 1996; Gingrich, 2011), e sua percepção sobre a distinção americana (Tocqueville, 2019) fundamentou o conceito, tese corroborada por Teixeira (2007). Hernandez e Rosa (2011) mapeiam o espectro teórico, de apologias a críticas. Hartz (1991 *apud* Hernandez; Rosa, 2011) atribui o "dilema identitário" à dificuldade do liberalismo em integrar outras tradições. Monten (2005) diferencia as interpretações seculares e religiosas, destacando a coexistência de fundamentos racionais e providenciais. Rogin (1988 *apud* Hernandez; Rosa, 2011) evidencia seus aspectos racializados e nacionalistas, geradores de exclusão, enquanto Arendt (1990 *apud* Hernandez; Rosa, 2011) ressalta o peso das "verdades autoevidentes"[2] como bases morais da autopercepção de universalidade. Adicionalmente, a "religião civil americana" (Bellah, 1967 *apud* Mateo, 2011b) mostra a integração de elementos religiosos ao discurso patriótico.

Tais análises, contudo, ignoram a dimensão teológico-realista-cristã do excepcionalismo. Essa lacuna é preenchida por Reinhold Niebuhr, o mais contundente crítico da arrogância moral americana. Para Niebuhr (2008), a história americana é marcada pela ironia: a busca por ideais virtuosos gera resultados paradoxalmente destrutivos. O paradigma dessas contradições é a transformação dos EUA de "farol da liberdade" em potência nuclear. Niebuhr (1996) utiliza a doutrina do pecado original[3] não como dogma, mas como metáfora da tendência humana e nacional ao orgulho e poder. A crença na imunidade "às leis históricas" corresponde, assim, à *húbris* — a "autoglorificação do homem" (Niebuhr, 1996, p. 186, tradução nossa) —, teologicamente pecaminosa e politicamente perigosa.

Sob a ótica do realismo cristão de Niebuhr (1996, 2008), o excepcionalismo é uma "ironia" a ser decifrada, não mera crença. Essa lente revela as contradições tanto na política de Bush — em que o universalismo messiânico de sua justificativa virtuosa para a Guerra do Iraque resultou na destruição da estabilidade regional — quanto na de Trump, cuja húbris de particularismo autoengrandecedor descartou normas multilaterais em nome de um soberanismo transacional (*Make America Great Again*)[4] enfraquecendo as alianças históricas

[2] Termo usado na e pelo principal autor da Declaração de Independência, Thomas Jefferson, para definir verdades evidentes por si mesmas sem necessidade de prova e/ou exercício da razão.
[3] "O efeito do pecado de nossos antepassados, particularmente de Adão, sobre nós. Afetando nosso comportamento de maneira independente e anterior a qualquer ação de nossa parte, o pecado original pode envolver tanto a corrupção da natureza humana como a culpa (ou obrigatoriedade de punição)." (Erickson, 2011, p. 149).
[4] Faça a América Grande Novamente (tradução nossa).

construídas pelos próprios Estados Unidos. O excepcionalismo americano é, portanto, produto de múltiplas influências: históricas, políticas, ideológicas e religiosas. Seu componente religioso — com ênfase no protestantismo — será aprofundado a seguir.

4.2 PROTESTANTISMO E OS PRINCÍPIOS CRISTÃOS DA IDENTIDADE NACIONAL AMERICANA

4.2.1 **A influência do protestantismo na identidade nacional americana**

A heterogeneidade do excepcionalismo americano reflete a do protestantismo, fenômeno igualmente diverso. Este trabalho define protestantismo como: "Todo movimento cristão oriundo das múltiplas divisões ocorridas após as reformas protestantes do século XVI" (Reinke, 2022, p. 24). Do século XVI ao XIX, o calvinismo, o puritanismo e o evangelicalismo deles derivado foram centrais na formulação do excepcionalismo e da identidade nacional. O puritanismo, embora não seja vertente autônoma, é um desdobramento do calvinismo surgido em oposição à Igreja Anglicana (Hulse, 2020).

4.2.1.1 ***Influência do calvinismo***

O calvinismo, vertente reformada associada a João Calvino, originou-se nas reformas de Ulrico Zuínglio. De Genebra, a doutrina disseminou-se pela Europa, chegando à Inglaterra (Beeke, 2010), onde emergiram os puritanos. A influência calvinista foi crucial na formação sociopolítica e cultural dos EUA, pois seus valores — ética do trabalho, individualismo e missão — foram essenciais à democracia e identidade coletiva (Lago, 2013). Esse legado também moldou estruturas como a organização republicana, o sistema educacional (fundando Harvard, Yale e Princeton) e a economia baseada na disciplina (Peres, 2016). Extrapolando a religião, a noção calvinista de liberdade foi central para a cultura ocidental moderna. No contexto norte-americano, coube ao puritanismo institucionalizar esses valores.

4.2.1.2 ***Influência do puritanismo***

Derivado do calvinismo, o puritanismo influenciou decisivamente a identidade americana. Apesar do declínio institucional protestante pós-independência, foi simbolicamente institucionalizado como a tradição religiosa fundadora dos EUA (Ribeiro,

2013). Essa tradição reforçou a crença numa "tarefa especial" americana no mundo, manifesta nas tradições políticas e no imaginário patriótico (Blanch, 2010). A mentalidade puritana, segundo Rolland (2018), define-se pela busca de pureza, senso de eleição e demonização do outro. Essa lógica maniqueísta fundamentou o excepcionalismo ao gerar a oposição entre "eleitos" e "perigosos". O puritanismo também forjou valores americanos como liberdade individual, trabalho árduo, autossuficiência e a associação entre fé e prosperidade (Kang, 2009). Enraizados na ética puritana, tais ideais moldaram o comportamento social dos EUA.

O puritanismo conecta-se ao fundamentalismo cristão contemporâneo, que herda a crença na eleição e o desejo de estabelecer o Reino de Deus na Terra (Simões; Martins, 2017). Essa herança foi revitalizada por movimentos como os Grandes Despertares, que fortaleceram a presença religiosa na política. O Primeiro Grande Despertar (século XVIII) priorizou a experiência religiosa individual sobre o dogmatismo. O Segundo Grande Despertar (século XIX) aprofundou essa transformação, fomentando a interação interdenominacional e uma visão milenarista[5], consolidando uma religiosidade voltada à esfera pública (Paiva, 2010). Ao renovar a ética puritana, essas transformações permitiram a ascensão do evangelicalismo.

4.2.1.3 ***Influência do evangelicalismo***

A complexidade conceitual do evangelicalismo supera a do protestantismo. O evangelicalismo é um movimento transdenominacional (McGrath, 2005) com grande fluidez interna e adaptação cultural. Essa adaptabilidade manifesta-se regionalmente (Banner, 1967): nos EUA, "evangélico" associa-se a protestantes conservadores e ao nacionalismo religioso; na Grã-Bretanha, o termo é mais amplo; na América Latina, equivale a protestante; e na Europa continental, liga-se a igrejas estatais.

O "Quadrilátero de Bebbington" confere rigor analítico, estruturando o movimento em quatro ênfases teológicas: conversão (*conversionism*), ativismo missionário (*activism*), autoridade da Bíblia (*biblicism*) e foco no sacrifício de Cristo (*crucicentrism*) (Bebbington, 2005). A essa matriz somam-se a inerrância bíblica, o proselitismo global — atrelado à missão democrática americana — e uma escatologia que informa sua geopolítica, notadamente pró-Israel (Zhou, 2023).

A dimensão política combativa do movimento é explicada por Marsden (2022) via fundamentalismo, um "evangelicalismo militantemente antimodernista" que institui a "guerra

[5] "Crença num período substancial de governo divino sobre a terra. Na forma mais literal de milenarismo, acredita-se que esse período durará exatamente mil anos" (Erickson, 2011, p. 126).

cultural" como práxis. Noll (2022) postula que a primazia do ativismo sobre a reflexão teológica gerou um pragmatismo anti-intelectual. Tal anti-intelectualismo explica por que a retórica religiosa na política externa americana é frequentemente maniqueísta (bem contra mal), receptiva a enquadramentos como o "eixo do mal"[6] e refratária a análises complexas. O evangelicalismo desempenha, assim, papel central na identidade americana, sobretudo via nacionalismo cristão (Du Mez, 2022), que concebe os EUA como "nação cristã" abençoada (Alves Junior; Rocha, 2021). No governo Bush, a Direita Cristã — bloco de conservadores majoritariamente evangélicos — consolidou-se como base republicana, com uma agenda de restauração moral (Mateo, 2011a).

É preciso diferenciar, contudo, o evangelicalismo teológico (centrado na ortodoxia bíblica de Bebbington, aplicável à fé pessoal devota de Bush) do Nacionalismo Cristão político-cultural. Sociologicamente, como mostram Whitehead e Perry (2020) e Du Mez (2022), o Nacionalismo Cristão opera como uma identidade etnocultural que ganhou enorme força sobre indivíduos nominais ou desigrejados na base de Donald Trump. Além disso, a teologia de suporte a Israel mobilizada por esses setores incorporou, ao lado do tradicional dispensacionalismo pré-milenarista, uma influente teologia da bênção e da aliança fundada na leitura literal de Gênesis 12,3[7]. A força do evangelicalismo e da Direita Cristã forja uma identidade nacional conservadora que influencia a política externa e o excepcionalismo.

4.2.2 **Princípios cristãos e a política externa dos Estados Unidos**

Os princípios protestantes alicerçam a identidade nacional dos EUA e sua atuação externa como um nexo entre fé e poder. A política externa americana é vista como extensão de uma vocação divina, conferindo ao país respaldo moral para intervenções (Aya Smitmans, 2007). O puritanismo, com sua ênfase em eleição e combate ao mal, não apenas molda a identidade americana, mas, como aponta Resende (2009), é reafirmado nas práticas discursivas da política externa. Esse processo constrói a "americanidade" como portadora de uma ética superior, projetada externamente como modelo, especialmente em conflitos como a "Guerra ao Terror"[8].

---

[6] A expressão "Eixo do Mal", cunhada por George W. Bush em seu discurso sobre o Estado da União (2002), designava regimes acusados de patrocinar o terrorismo e buscar armas de destruição em massa — notadamente Irã, Iraque e Coreia do Norte. O conceito serviu como retórica legitimadora para a "Guerra ao Terror".

[7] "Abençoarei aos que te abençoarem, e amaldiçoarei àquele que te amaldiçoar; e em ti serão benditas todas as famílias da terra." (Bíblia [...], Gênesis, 12, 3).

[8] A "Guerra ao Terror" é a doutrina geopolítica da gestão Bush que, pós-11/9, reconfigurou o combate ao terrorismo como uma campanha militar global.

Contudo, a influência religiosa na política externa não é homogênea, como aponta Saiya (2022). Ao contrário, ela é ambivalente: os mesmos fundamentos cristãos podem legitimar tanto ações pacíficas quanto intervenções militares, constituindo uma retórica flexível. Os princípios cristão-protestantes, portanto, fundamentam a identidade nacional e orientam a atuação externa como projeção moral-ideológica. A fusão entre fé e poder alicerça o excepcionalismo e sua narrativa de missão, perspectiva cada vez mais contestada por críticas que questionam sua legitimidade e apontam seus controversos impactos globais.

4.3 CRÍTICAS SECULARES E RELIGIOSAS AO EXCEPCIONALISMO AMERICANO

4.3.1 **Desafios ao discurso de superioridade**

A ideia de "excepcionalismo americano" é criticada por diversos autores. A própria noção não é excepcional (Bell, 2022): mitos de singularidade são comuns ao nacionalismo, tornando o "excepcionalismo" um padrão, e não uma exceção. Restad (2015) concorda parcialmente, reconhecendo que a crença num destino único não é exclusiva dos EUA, mas a versão americana se diferencia pela intensidade com que é sustentada e não necessariamente pelo seu conteúdo.

A crítica mais incisiva vem de Niebuhr (2008), que define o excepcionalismo como orgulho espiritual. Para ele, a tentação máxima de uma nação é equiparar a própria vontade à divina. Tal húbris forja uma autoimagem imaculada, negando a complexidade moral e a contingência de sua ascensão. A retórica bushiana sobre a luta do bem contra o mal e a missão divina da América exemplifica esse orgulho, que ignora a ambiguidade das próprias ações. De modo análogo, o particularismo nacionalista de Trump expressou essa húbris ao reivindicar imunidade soberana contra normas internacionais em nome do interesse nacional estrito. Outros autores alertam que tal ideologia diviniza o Estado, que, assumindo funções quase religiosas, promove uma devoção cívica que sacraliza a nação e legitima suas ações como providenciais (Cavanaugh, 2011).

4.3.2 **Contradições na prática da política externa**

O discurso excepcionalista de liberdade e democracia contrasta com a prática da política externa, especialmente pós-11/9. Segundo o consenso acadêmico, essa narrativa mascara ações que violam os princípios fundacionais do país. Bacevich (2013) argumenta que a "Guerra ao Terror" manifestou uma fé secular na eficácia do poder militar para transformar o mundo. Nessa visão, a retórica de "missão" e "liberdade" serve como cobertura ideológica para uma política de hegemonia militar, motivada por interesses como o controle de recursos energéticos. A identidade democrática americana omite sua violência fundacional, justificando a tomada de terras como desígnio civilizatório (Cheyfitz, 2021).

Essa retórica de "missão civilizatória" oculta interesses estratégicos e econômicos, revelando um uso seletivo dos princípios democráticos (Gallo, 2007). Hernandez e Rosa (2011) mostram como o discurso de direitos humanos, central no governo Bush, foi instrumentalizado para justificar violações desses mesmos direitos, como no *Patriot Act* e em Guantánamo. Para Bacevich (2013), intervenções desastrosas como a Guerra do Iraque, longe de confirmar o excepcionalismo, marcaram seu fim ao demonstrar que os EUA não são imunes às tentações do poder imperial. Tais contradições têm um duplo impacto: a erosão da credibilidade americana e a reconfiguração da geopolítica.

4.3.3 **Efeitos no sistema internacional**

As implicações do excepcionalismo extrapolam a esfera doméstica. A crença na singularidade americana (Fonseca, 2007) causa a incompreensão das reações internacionais e obscurece a percepção do alarme gerado por posturas hipócritas. O hiato entre autoimagem e percepção externa mina a diplomacia e a credibilidade. Bacevich (2013) descreve essa postura como uma metafísica militar — a tendência de ver problemas internacionais como militares —, que consolidou os EUA como "superpotência solitária" (Huntington, 1999 *apud* Restad, 2015) ou "hiperpotência" (Védrine, 2000 *apud* Restad, 2015). A dissonância entre a reivindicação de liderança e a insubmissão a normas coletivas fomenta ressentimento e fragiliza alianças.

Para Niebuhr (2008), o perigo reside na arrogância de um poder exercido sem autocrítica. A confiança na própria retidão pode gerar efeitos desastrosos, como isolamento ou decisões como a guerra preventiva. A combinação da crítica estratégica de Bacevich (2013) ao militarismo com a crítica teológica de Niebuhr (2008) à pretensão excepcionalista revela a centralidade dessa ideologia. Propõe-se, assim, examinar como os governos Bush e Trump incorporaram esses elementos, com foco em suas políticas para o Oriente Médio e Israel.

5 CAPÍTULO 2: EXCEPCIONALISMO E FATOR RELIGIOSO NA PRÁTICA — AS ADMINISTRAÇÕES BUSH E TRUMP

5.1 A ADMINISTRAÇÃO GEORGE W. BUSH (2001-2005)

5.1.1 Circunstâncias históricas e políticas no governo George W. Bush

Eleito sob controvérsia em 2000, o inexperiente George W. Bush assumiu a presidência em um período de paz relativa, contrastando com sua imagem de "presidente de guerra" na reeleição de 2004 (Dietrich, 2015). A instabilidade interna refletiu-se nas urnas: a vitória judicial sobre Al Gore, vencedor no voto popular, prejudicou a legitimidade inicial de seu mandato (Murray; Brown; Smith, 2018). Essa fragilidade levou Bush a propor uma política externa humilde (Lynch, 2020) e um "internacionalismo distintamente americano" (Dietrich, 2015, p. 26-28, tradução nossa), conciliando realismo e ideais de liberdade.

Priorizando pautas domésticas (Moens, 2004), sua política externa era vista como pragmática (Marinho, 2012), mas internamente disputada entre realistas (Colin Powell) e neoconservadores (Cheney, Rumsfeld) (Abrams, 2013; Cerqueira, 2022; Dietrich, 2015). Essa postura inicial alinha-se à tradição jeffersoniana de Mead (2002), cética quanto a intervenções custosas (Saiya, 2022). O governo criticava o multilateralismo de Clinton, buscando romper com seu legado na lógica do "*Anything But Clinton*"[9].

A coalizão de Bush, a "Nova Direita", uniu a Direita Cristã e os neoconservadores (Finguerut, 2007), aliando a pauta doméstica conservadora a uma política externa moralista e pró-Israel. Evangélicos ganharam influência inédita (Marsden, 2008), formando uma coalizão coesa que sustentou a arquitetura estratégica da gestão. Nesse contexto, a fé pessoal de Bush destacou-se em um "estilo presidencial evangélico"[10] que fundia vocação religiosa, retórica maniqueísta (bem contra mal) e unilateralismo sancionado divinamente (Den Dulk; Rozell, 2011), gerando forte afinidade com a agenda neoconservadora.

O 11/9 funcionou como um "efeito Pearl Harbor", impulsionando a agenda neoconservadora (Mead, 2002) e despertando a tradição jacksoniana — um nacionalismo assertivo que defende uma força militar esmagadora. A "fúria popular" concedeu ao

[9] "Qualquer coisa menos Clinton" é a expressão usada para descrever a suposta relutância do presidente Bush e de seus assessores em dar continuidade às políticas e abordagens herdadas de seu antecessor (Murray; Brown; Smith, 2018, p. 11, tradução nossa).

[10] O estilo presidencial evangélico é caracterizado por profissões abertas de fé religiosa e uma retórica moralizante (Berggren; Rae, 2006, p. 609, tradução nossa).

Executivo um mandato quase ilimitado para garantir a segurança. Bush fundiu a energia jacksoniana ao idealismo wilsoniano de disseminar a democracia. Seu "estilo presidencial evangélico" forneceu a linguagem para unir essas tradições, transformando uma guerra retaliatória em cruzada global. A Agenda da Liberdade, consolidada no segundo mandato, resultou dessa fusão (Gerson, 2007). A liberdade era articulada como um dom divino — "a liberdade não é o presente da América para o mundo, é o presente do Deus Todo-Poderoso para cada homem e mulher" (Bush, 2004b, tradução nossa). Convicções pessoais e interesses do Estado se entrelaçaram (Bush, 2012), formando uma tríade que uniu evangelicalismo, neoconservadorismo e excepcionalismo.

5.1.2 Neoconservadorismo, evangelicalismo, excepcionalismo e a política externa de George W. Bush

A política externa de Bush, moldada pelo neoconservadorismo, evangelicalismo e excepcionalismo, refletiu-se em seus discursos e estratégias. Após o 11/9, o neoconservadorismo foi "ressuscitado", legitimando a promoção da democracia e a intervenção unilateral (Teixeira, 2007). Tendências neoconservadoras preexistentes (Cerqueira, 2022) evidenciaram-se após os ataques, culminando na invasão do Iraque. Esse pensamento forneceu a base ideológica para justificar as ações externas (Finguerut, 2008). Seus três fundamentos — excepcionalismo, liderança moral unilateral e missão interventora — alinham-se à identidade nacional americana. A NSS de 2002 codifica essa visão, condicionando a segurança global à primazia dos EUA (Estados Unidos, 2002).

O excepcionalismo americano foi revitalizado sob Bush, que justificou os atentados declarando que o país era alvo por ser o "farol mais brilhante para a liberdade" (Bush, 2008, p. 57, tradução nossa). A noção de um papel redentor e singular permeou os discursos de Bush (Hernandez; Rosa, 2011), associando valores universais ao destino americano. Sua retórica fundiu religião sacra e civil, ancorando os direitos humanos em Deus e o sucesso nacional na providência; a expressão "Que Deus continue a abençoar a América" foi repetida 78 vezes entre 2001 e 2004 (Du Pont, 2007, p. 131, tradução nossa). Bush via os EUA como instrumentos da vontade divina (Preston, 2012). Na perspectiva de Niebuhr (2008), contudo, tal retórica ilustra como as intenções virtuosas geram, ironicamente, consequências perversas, manifestadas na Guerra do Iraque (2003).

A união de fé e política foi um recurso para alinhar interesses estatais a valores nacionais (Den Dulk; Rozell, 2011). O discurso também mobilizou elementos do puritanismo, como a noção de nação eleita com uma missão divina para combater um inimigo demonizado, reforçando a coesão nacional (Mendonça; Ribeiro, 2017). A política externa de Bush incorporava uma linguagem moral explícita, em termos de bem e mal (Gerson, 2007). Segundo Mead (2002), a Agenda da Liberdade expressa o impulso wilsoniano. A Guerra Preventiva e a retaliação ao terrorismo, por outro lado, traduzem o paradigma jacksoniano. A Doutrina Bush foi uma poderosa, porém instável, fusão de fins wilsonianos a meios jacksonianos (Marinho, 2012).

Para Rolland (2018), após o 11/9 ressurgiu o mito de uma nação eleita com a missão de liderar o mundo. A política externa de Bush foi uma expressão ideológica que, moldada por uma húbris niebuhriana, combinou o idealismo wilsoniano à força jacksoniana, sacralizando a defesa da liberdade. Essa doutrina, que fundia neoconservadorismo, fervor religioso e excepcionalismo, priorizou o Oriente Médio, tornando-o epicentro da intervenção americana.

5.1.3 George W. Bush, o Oriente Médio e a centralidade de Israel

A gestão Bush redefiniu sua política para o Oriente Médio, fortalecendo a aliança com Israel e enquadrando o conflito regional na luta antiterrorismo. Os atentados de 11/9 legitimaram uma política de segurança mais assertiva, sustentada por convicções religiosas e doutrinárias (Smith, 2006). Desde o início, a aliança com Israel transcendeu a geopolítica, tornando-se uma parceria valorativa. A retórica da “aliança inquebrável” (Celin, 2018), que reapareceria com Trump, já ecoava em Bush, que concebia a democratização regional como antídoto ao terrorismo.

A Doutrina Bush (Abrams, 2013) condicionava a paz a uma dupla premissa: um Estado palestino reformado e a segurança de Israel. Consequentemente, Yasser Arafat foi deslegitimado e retratado como impedimento à estabilidade (Estados Unidos, 2004). Sua substituição por lideranças “reformistas” tornou-se pré-requisito, seguindo o “princípio da sequência”: reformas institucionais deveriam anteceder negociações políticas (Zoughbie, 2014). Consolidou-se, assim, a percepção de Israel como ator singular na região — uma democracia liberal e aliada (Estados Unidos, 2003).

A retórica religiosa de Bush (Smith, 2006) reforçou essa visão, invocando a providência divina para legitimar suas ações. A dimensão espiritual da política externa,

marcada pela dicotomia "bem/mal" (Bush, 2002, tradução nossa), enraizou a aliança com Israel em uma lógica da Direita Cristã (Resende, 2010), informada pelo Sionismo Cristão. De base dispensacionalista[11] pré-milenarista[12], essa doutrina interpreta a fundação de Israel como cumprimento de profecias, pré-requisitos para a volta de Cristo. Para seus adeptos, o apoio a Israel é um imperativo escatológico (Bacevich, 2013; Sabino, 2020).

A atuação de neoconservadores sionistas — os *ZionCons* — foi decisiva. Eles defenderam políticas agressivas contra inimigos regionais de Israel e influenciaram a invasão do Iraque em 2003 (Petras, 2006). A guerra foi concebida para reconfigurar o Oriente Médio em moldes pró-ocidentais (Judis, 2005). Contudo, o projeto democratizante, descrito como "wilsonianismo de botas"[13], mostrou-se contraproducente. Para Bacevich (2013), a retórica da "missão" velou a fé no poder militar, e a Guerra do Iraque, longe de confirmar o excepcionalismo, marcou seu fim. A tentativa de associar segurança à aceleração democrática fracassou, gerando antiamericanismo (Melo, 2011).

O governo Bush mobilizou narrativas históricas, como a comparação com o nazismo (Pellegrini, 2015), para justificar a ofensiva no Afeganistão e Iraque, polarizando um Ocidente cristão/civilizado e um Oriente islâmico/bárbaro (Bush, 2001). Apesar do apoio público à solução de dois Estados, os avanços na paz foram irrisórios (Bush, 2003). O governo Bush pavimentou o caminho institucional para a manutenção dos assentamentos por meio da formalização de um marco central: a troca oficial de cartas entre Bush e o Primeiro-Ministro Ariel Sharon, em 14 de abril de 2004.

Nessa correspondência vinculada ao plano de desengajamento de Gaza, os Estados Unidos reconheceram formalmente que, à luz das "novas realidades no terreno, incluindo centros populacionais israelenses já existentes" (Bush, 2004a, tradução nossa), era irrealista esperar um retorno estrito às linhas de armistício de 1949 (Abrams, 2013). As exigências feitas à Autoridade Palestina, sem contrapartidas de Israel, desequilibraram as negociações. O legado de Bush para a região reside em três eixos: a consolidação da aliança com Israel sob uma ótica escatológica; o fracasso da reconfiguração regional pela força; e o entrincheiramento da retórica moralizante. A gestão Trump aprofundou esse legado.

---

[11] "Sistema de interpretação bíblica e de teologia que divide a obra de Deus em diferentes períodos que ele administrou partindo de bases diferentes. Envolve uma interpretação literal das Escrituras, uma distinção entre Israel e a Igreja e uma escatologia pré-milenarista e pré-tribulacionista." (Erickson, 2011, p. 60).

[12] "Crença segundo a qual Cristo voltará e então estabelecerá seu reino terreno por um período de mil anos. Alguns pré-milenaristas afirmam que esse período não necessariamente precisa ser considerado de mil anos cronológicos." (Erickson, 2011, p. 157).

[13] Uma "combinação entre a geopolítica e a ideologia democrática" (Szabo, 2022, p. 2, tradução nossa).

5.2 A ADMINISTRAÇÃO DONALD J. TRUMP (2017-2021)

5.2.1 Panorama histórico-político e coalizões do governo Donald J. Trump

O fenômeno Trump no ano de 2016 enraíza-se na convulsão sociopolítica que redefiniu os EUA. Sua eleição refletiu o acúmulo de rupturas percebidas como crise sistêmica por vastos segmentos da população (Gurtov, 2021). Trump (Black; Haley, 2018; Jenkins, 2019) capitalizou sentimentos de desconfiança, ressentimento e nostalgia com uma retórica populista agressiva, canalizando insatisfações na promessa de restauração nacional: *Make America Great Again!* (Trump, 2017b). Sua campanha inaugurou uma nova forma de mobilização, baseada na deslegitimação institucional e no culto à personalidade. Seus comícios tornaram-se espetáculos de autoafirmação populista, opondo "o povo" às "elites corrompidas" (Conley, 2020). O discurso inaugural explicitou essa ruptura ao diagnosticar a "carnificina americana"[14] e prometer restaurar o poder popular sob proteção divina[15] (Trump, 2017a; Conley, 2020). Tal mensagem ressoou em sua base, cujo núcleo era o eleitorado evangélico branco.

Embora seu perfil não se alinhasse a valores cristãos, o discurso de Trump mobilizou eficazmente os códigos da "América cristã" (Whitehead; Perry; Baker, 2018). A aparente contradição é explicada por Noll (2022), que diagnostica um ethos evangélico americano "ativista, populista e pragmático", forjado na primazia da lealdade tribal. Essa mentalidade buscava um líder que validasse seus ressentimentos. A narrativa de um país em declínio moral, ameaçado por imigrantes, muçulmanos e forças seculares, foi eficaz entre evangélicos que o viam como "instrumento providencial" (Fea, 2018).

Assim, a eleição de Trump consolidou-se como fenômeno cultural e teológico-político. O nacionalismo cristão — crença na missão de uma nação cristã — foi seu principal preditor (Whitehead; Perry, 2020). Essa ideologia funde as identidades americana e cristã (branca, protestante), articulando patriotismo e oposição à diversidade. A retórica de Trump, com frases como "Só eu posso consertar isso", reforçou seu imaginário de líder forte e

[14] "Essa carnificina americana para aqui e agora. Somos uma só nação — e a dor dos americanos é a nossa dor. Seus sonhos são também os nossos; e seu sucesso será igualmente o nosso sucesso. Compartilhamos um só coração, um mesmo lar e um destino glorioso em comum" (Trump, 2017a, tradução nossa).
[15] "Seremos protegidos pelos valorosos homens e mulheres de nossas forças armadas e dos corpos de segurança pública e, sobretudo, somos protegidos por Deus" (Trump, 2017a, tradução nossa).

protetor (Conley, 2020), correspondendo ao arquétipo da masculinidade militante e patriarcal que o evangelicalismo branco cultivou, substituindo o "Jesus manso e humilde" (Bíblia [...], Mateus, 11, 29) por um "Cristo-guerreiro" (Du Mez, 2022). *Make America Great Again* não era apenas uma promessa política, mas um chamado para restaurar uma ordem moral em declínio (Rolland, 2018).

Essa ideologia foi acentuada entre os "nacionalistas cristãos não praticantes" (*unchurched Christian nationalists*), grupo no qual o nacionalismo cristão teve seu maior poder preditivo (Stroope *et al*., 2021). Para eles, o cristianismo opera menos como prática religiosa e mais como marcador étnico-cultural. Sem o "amortecedor" social da igreja, foram mais receptivos a um líder autoritário. Tal fusão atraiu tanto evangélicos praticantes, pela repulsa ao progressismo, quanto os nominais, pela afirmação de uma identidade sitiada (Margolis, 2019). A ascensão de Trump expôs o populismo, o conservadorismo moral e o nacionalismo religioso como alicerces da política americana. Sua gestão cimentou essa coalizão com uma retórica de restauração civilizacional, amalgamando patriotismo, fé e uma masculinidade combativa, que norteou sua base, sua cosmovisão e sua práxis.

5.2.2 Nacionalismo cristão, excepcionalismo e a política externa de Donald J. Trump

A gestão Trump reconfigurou o excepcionalismo americano, rompendo com o intervencionismo de seus predecessores. Preservando a ênfase na grandeza nacional, sua política externa adotou uma vertente particularista e jacksoniana, em oposição ao excepcionalismo missionário de Bush. O slogan "*America First*"[16] e a promessa de "tornar a América grande novamente" sintetizaram uma política que privilegia unilateralismo, protecionismo e uma visão restrita de liderança (Delloul, 2021). Para os jacksonianos, a grandeza americana não reside em converter o mundo, mas em proteger a "fortaleza América" do mundo. Mead (2002) descreve essa visão como um populismo focado na honra e segurança do povo americano, cético quanto ao multilateralismo, mas que defende força esmagadora quando a nação é ameaçada. A essa base, Trump sobrepôs uma interpretação particular da tradição hamiltoniana.

Esse excepcionalismo era excludente, focado na superioridade econômica e militar e na preservação do poder cultural de uma maioria branca e cristã (Gurtov, 2021).

[16] "A partir deste dia, uma nova visão governará nossa nação. A partir deste momento, será a América em primeiro lugar (*America First*). Todas as decisões relativas ao comércio, aos tributos, à imigração e aos assuntos exteriores serão tomadas com o propósito de beneficiar os trabalhadores e as famílias americanas" (Trump, 2017a, tradução nossa).

Diferentemente de seus predecessores, Trump exaltava sua própria figura, rompendo com o decoro tradicional (Gilmore; Rowling, 2021) ao mesmo tempo que afirmava ter uma relação especial com Deus, alinhando sua agenda ao nacionalismo cristão (Celin, 2018). Tal nacionalismo, impulsionado pela base evangélica, tornou-se um eixo de sua política externa, especialmente em relação a Israel. Decisões como o reconhecimento de Jerusalém como capital foram realizadas após intensa pressão desses grupos, evidenciando a interseção entre crenças domésticas e prioridades estratégicas (Ülgül, 2021). O "*America First*" define-se, portanto, como um excepcionalismo rudimentar, assentado no poderio militar, nacionalismo etnocultural e populismo econômico (Sachs, 2018). Essa fusão forjou a atuação de Trump: uma agenda de entrincheiramento identitário e ruptura multilateral, que pautará a análise de sua agenda para o Oriente Médio.

5.2.3 O Oriente Médio, Israel e a agenda Trump

A agenda de Trump para Israel e o Oriente Médio combinou excepcionalismo, nacionalismo cristão e interesses eleitorais. O reconhecimento de Jerusalém como capital (Estados Unidos, 2017) e a mudança da embaixada (Estados Unidos, 2018b) marcaram a inflexão, rompendo com décadas de política externa bipartidária e com o consenso internacional.

Essa distinção prática entre as duas gestões evidencia-se perante o marco estatutário da Lei da Embaixada de Jerusalém de 1995 (*Jerusalem Embassy Act*): enquanto Bush assinou semestralmente a dispensa de segurança nacional ao longo de sua presidência para preservar a estabilidade regional e a cooperação com países árabes, Trump rompeu com esse padrão em dezembro de 2017 ao deixar de prorrogar a isenção, materializando a transferência física. A ação sintetiza sua política externa: uma decisão que satisfez sua base doméstica (sionistas cristãos) e projetou uma imagem de força, desconsiderando as consequências diplomáticas.

A motivação principal não foi geopolítica, mas atender à sua base evangélica e sionista (Aswar, 2018). Trump, nas palavras de Reinstein (2020), articulou um discurso messiânico, afirmando que sua decisão sobre Jerusalém era inspirada em valores bíblicos. Seu Secretário de Estado, Mike Pompeo, invocou a analogia da Rainha Ester, sugerindo que Trump fora divinamente posicionado para proteger Israel (Morin, 2019). Esse alinhamento manifestou-se na reaproximação com o governo de Benjamin Netanyahu, com quem Trump estabeleceu afinidade pessoal e ideológica (Estados Unidos, 2020b). Sua equipe abandonou a imparcialidade, atuando como aliada de Israel (Cohen-Almagor, 2017). O plano de paz *Peace*

to Prosperity (Estados Unidos, 2020a) refletia essa assimetria. O respaldo a Israel também se traduziu no reconhecimento da soberania sobre as Colinas de Golã (Estados Unidos, 2019) e na mudança formal de posição sobre a legalidade dos assentamentos na Cisjordânia (Estados Unidos, 2021), consolidando a ruptura com o liberal-internacionalismo (Ülgül, 2021).

Essa lógica também moldou a política para o Irã. A retirada unilateral do JCPOA em 2018 (Estados Unidos, 2018a) aliou os interesses dos "falcões" jacksonianos aos da ala religiosa (Mead, 2022). Os Acordos de Abraão combinaram o pragmatismo hamiltoniano (laços econômicos) com força jacksoniana (aliança anti-Irã) (Silva; Fortuna, 2021). A negociação suprimiu a agenda wilsoniana (direitos humanos, questão palestina), demonstrando o primado dos interesses sobre os valores, em contraste com Bush. Por fim, contrariando seus interesses isolacionistas, Trump manteve presença na Síria e atacou o regime de Bashar al-Assad, num gesto de "moralidade civilizatória" contra um inimigo percebido como bárbaro (Restad, 2020). Conclui-se que tanto Trump quanto Bush aplicaram retóricas excepcionalistas e religiosas. Resta analisar as continuidades e rupturas entre as gestões.

6 CAPÍTULO 3: EXCEPCIONALISMO E FATOR RELIGIOSO EM AÇÃO — AS ADMINISTRAÇÕES BUSH E TRUMP E SUAS POLÍTICAS PARA O ORIENTE MÉDIO E ISRAEL

6.1 EXCEPCIONALISMO NAS GESTÕES BUSH E TRUMP

6.1.1 A natureza da missão: universalismo moral vs. particularismo nacionalista

A natureza da missão americana global foi a divergência fundamental entre as gestões Bush e Trump. A presidência de Bush evoluiu claramente. Embora desde cedo apoiasse Israel, qualificando-o como "aliado natural" (Bush, 2000), o que marcou sua relação com o Estado judeu (Kaspi, 2008), sua gestão inicialmente adotou um distanciamento *hands-off* (Zoughbie, 2014), alinhado à cautela jeffersoniana. O 11/9, contudo, atuou como catalisador, redefinindo sua presidência com um senso de missão. Fundamentada na convicção de uma ameaça singular, sua administração assumiu a necessidade de uma resposta excepcional (Wheeler, 2003).

Emergiu, então, uma assertiva síntese wilsoniana-jacksoniana — ou "wilsonianismo de botas" —, na qual a crença no dever americano de expandir a liberdade justificou uma política externa robusta. Para críticos como Bacevich (2013), a "Agenda da Liberdade" de Bush funcionou menos como ideal e mais como cobertura para um "novo militarismo americano". A retórica da missão divina mascarou uma fé secular no poder militar, aposta que culminou na Guerra do Iraque — evento que, para o autor, marcou não a confirmação, mas o fim do excepcionalismo.

Essa missão se manifestou no reenquadramento do conflito israelo-palestino pela lente da "Guerra ao Terror", negando a "equivalência moral" entre as partes (Ross, 2015). A política resultante buscou promover uma "nova liderança palestina", o que levou ao isolamento de Yasser Arafat (Freedman, 2009). Grupos como Hamas e Jihad Islâmica foram classificados como terroristas no mesmo patamar da Al Qaeda (Rost, 2010). A NSS de 2002 formalizou essa virada (Neves, 2011), afirmando que os EUA "não hesitarão em agir sozinhos" para proteger seus interesses e promover seus valores (Estados Unidos, 2002, p. 6, tradução nossa).

Em oposição, a abordagem de Trump, embora afirmasse buscar a "paz através da força" (Estados Unidos, 2018c), rejeitou essa missão universalista. Sua presidência encarnou um particularismo nacionalista que, como notam críticos (Bell, 2022), centrou a singularidade da nação na figura do líder. Conectado à sua base jacksoniana, esse "autoexcepcionalismo" (Gilmore; Rowling, 2021) apelava à restauração da "fortaleza América". Sua política externa era uma performance para a base doméstica. *"America First"* tornou-se a expressão de uma identidade cultural que via o mundo com desconfiança. Para Trump, a grandeza americana não residia em converter o mundo, mas em protegê-lo dele, reafirmando uma soberania corroída.

Suas ações unilaterais em relação a Israel exemplificam essa lógica. O reconhecimento de Jerusalém foi uma medida para cumprir promessas à base sionista evangélica, ignorando o consenso internacional (Oliveira; Corrêa, 2024). A justificativa não era expandir a democracia, mas afirmar o poder soberano dos EUA de agir conforme seus interesses e os de seus aliados. Essa visão de mundo materializou-se em uma doutrina que fundiu o nacionalismo jacksoniano a um pragmatismo hamiltoniano (Rodríguez Blanco, 2018). "*America First*" era a antítese da "Agenda da Liberdade". Enquanto Bush via o excepcionalismo como uma responsabilidade moral, Trump o interpretava como prerrogativa para a defesa intransigente dos interesses nacionais.

6.1.2 O exercício da liderança: hegemonia benevolente vs. unilateralismo transacional

As concepções de missão distintas geraram diferentes modelos de liderança. Ambos os presidentes adotaram forte unilateralismo, mas com lógicas distintas. Bush via os EUA como a América-Líder (Gilmore; Rowling, 2021), um *hegemon* benevolente que guia o sistema internacional. Sua abordagem reflete o *exemptionalism* — a isenção de normas internacionais —, como visto na Doutrina da Guerra Preventiva, que legitimou a invasão do Iraque à margem da ONU (Hughes, 2015). Para Bush, contudo, essa isenção era justificada por uma missão wilsoniana: expandir a liberdade e proteger a ordem global.

Trump, por sua vez, intensificou o *exemptionalism*, esvaziando-o de sua justificativa moral. Sua liderança não buscava guiar o mundo, mas impor a vontade americana em negociações diretas. Suas retiradas unilaterais de acordos (Acordo de Paris, JCPOA) não visavam uma missão global, mas a defesa da soberania e de interesses transacionais (Hughes, 2015). Ações como a decisão sobre Jerusalém emanavam da retórica de América-Superior (Gilmore; Rowling, 2021) — uma nação cujo poder lhe conferia o direito de redefinir as

regras. Sua doutrina jacksoniana-hamiltoniana via a liderança como vantagem, não como responsabilidade. Se o unilateralismo de Bush era o meio para um fim missionário, o de Trump era um fim em si mesmo: a pura afirmação do poder soberano.

6.2 FATOR RELIGIOSO: DO EVANGELICALISMO DE BUSH AO NACIONALISMO CRISTÃO DE TRUMP

6.2.1 Do evangelicalismo bushiano ao nacionalismo cristão trumpista

Na era Bush, o evangelicalismo serviu de legitimação moral para a política externa, embora sua influência fosse balanceada por fatores pragmáticos (Den Dulk; Rozell, 2011). A fé pessoal do presidente moldava sua percepção maniqueísta, mas o apoio a Israel era justificado publicamente com a linguagem secular de "aliado estratégico" (Smith, 2006). A base evangélica de Bush era heterogênea: enquanto uma ala via Israel como parceiro estratégico, outra, sionista cristã, defendia-o como "povo eleito" (Mansfield, 2011). Essa divisão gerou tensões, com grupos pressionando contra iniciativas como o "Mapa do Caminho para a Paz" (Estados Unidos, 2003), pois a retirada de assentamentos era contrária a metas proféticas (Stone, 2008). Nesse contexto, líderes da Direita Cristã (Nabers; Patman, 2008) viram a "Guerra ao Terror" como uma batalha espiritual, fomentando uma retórica anti-islâmica (Durham, 2004) que ecoava a moldura bushiana de uma luta entre bem e mal (Croft, 2009). Sob sua gestão, a fé alicerçava um projeto internacionalista.

Em contraste, o apoio recorde a Trump entre evangélicos brancos (Fea, 2018) explica-se pelo nacionalismo cristão. Tal ideologia não é primariamente teológica, mas uma identidade político-cultural que funde as identidades americana e cristã (branca e protestante) (Whitehead; Perry, 2020). Isso resolve o "paradoxo Trump": ele não precisava ser devoto, pois sua performance política — a defesa da "herança cristã" — mobilizou essa identidade. Para seus apoiadores, o cristianismo operava mais como marcador cultural (Du Mez, 2022). Movimentos proeminentes em sua gestão, como a *New Apostolic Reformation* (NAR), revelam uma agenda teocrática mais agressiva (Berry, 2020), explicando como líderes religiosos o enquadraram como instrumento divino — um "rei Ciro" moderno (Fea, 2018). A lógica era que, assim como Deus usou um líder pagão para salvar Israel no passado, estaria usando Trump — um líder secular — para "salvar" os EUA (Berry, 2020). Essa interpretação profética justificou o apoio de muitos carismáticos, contornando as preocupações com seu caráter.

6.2.2 O sionismo cristão e o lobby de Israel em Bush e Trump

A base teológica da gestão Trump, reforçada por figuras como o vice-presidente Mike Pence (Oliveira; Corrêa, 2024), foi instrumental na transformação da política para o Oriente Médio (Özçelik; Okur, 2021). O Sionismo Cristão atuou como doutrina política geradora de demandas inegociáveis. Sua teologia — o dispensacionalismo pré-milenarista (Marsden, 2008) — interpreta eventos geopolíticos como cumprimento literal de profecias. Embora o interesse na restauração de Israel tenha raízes no protestantismo reformado (Ferreira, 2022), a versão contemporânea vê o controle judaico de Jerusalém como pré-requisito no cronograma escatológico. Para líderes como Robert Jeffress, Jerusalém é a "pedra de toque da profecia" (Özçelik; Okur, 2021, p. 17, tradução nossa). Essa lógica apocalíptica justificou a hostilidade ao Irã e conferiu aos Acordos de Abraão uma dimensão messiânica (Ülgül, 2021).

Deve-se destacar que o ativismo sionista cristão passou por uma mutação importante entre os dois governos. A partir da fundação da organização *Christians United for Israel* (CUFI) em 2006 pelo pastor John Hagee, a retórica deslocou-se gradualmente do foco nos cronogramas apocalípticos rumo a uma "teologia da bênção e da aliança" (Durbin, 2019; Hummel, 2019; Spector, 2009). Essa abordagem mais direta e transacional facilitou a convergência entre nacionalistas cristãos, evangélicos não praticantes (Stroope *et al*., 2021) e eleitores carismáticos, que viram nas concessões a Israel uma garantia prática de prosperidade nacional sob o *America First*.

Uma análise puramente ideacional, contudo, é insuficiente sem dialogar com a tese materialista do "Lobby de Israel". A análise reside na sua interação sinérgica. Ambas as gestões garantiram apoio inabalável a Israel e mobilizaram uma retórica de "bem versus mal". A mobilização da Direita Cristã completou esse padrão: ambos dependeram do voto evangélico para sustentar políticas externas alinhadas a essas demandas (Ülgül, 2021). A ressonância cultural do Sionismo Cristão cria o ambiente onde o Lobby opera com máxima eficácia, provendo a organização enquanto a base religiosa fornece a legitimidade popular (Mearsheimer; Walt, 2007).

As rupturas residem no modo de instrumentalização. Em Bush, a religião era um pilar para um internacionalismo moral de "hegemonia benevolente" (Neves, 2011). Em contraste, Trump adotou um biblicismo escatológico moldado por sua base. Enquanto Bush conciliava unilateralismo com a "expansão democrática", Trump promoveu o "*America First*", rechaçando instituições multilaterais e substituindo ideais por um realismo transacional (Powaski, 2020), no qual a religião era mais instrumento de mobilização do que fundamento

de uma cosmovisão. Jerusalém exemplifica a distinção perante o *Jerusalem Embassy Act* de 1995: Bush, equilibrando pressões da base com a estabilidade regional na Guerra ao Terror, manteve as dispensas semestrais (Marsden, 2008); Trump, impulsionado pela sinergia entre o fervor de sua base e o Lobby, recusou as dispensas e executou a mudança (Oliveira; Corrêa, 2024). Se Bush integrou a fé como fundamento de um projeto universalista, Trump a usou como marcador de identidade para uma agenda nacionalista.

6.3 LEGADOS E TRANSIÇÕES: DE BUSH A TRUMP

6.3.1 De Bush a Obama: continuidades e legados

A transição Bush–Obama não representou uma ruptura no paradigma de segurança nacional, mas a adaptação dos marcos concebidos pós-11/9. A lógica da ameaça excepcional, da primazia militar e da expansão do poder executivo sobreviveu, renovando-se sob diferentes retóricas. Tais continuidades observam-se em três dimensões: ideológico-discursiva, institucional-burocrática e prático-operacional. No primeiro mandato de Bush, o 11/9 marcou uma inflexão doutrinária que converteu a moderação inicial em um projeto neoconservador. A "Guerra ao Terror" legitimou uma política externa moralizada, fundada na oposição "Bem" versus "Mal" e institucionalizada na Doutrina Bush, que consagrou a guerra preventiva e o unilateralismo.

No segundo mandato (2005–2009), os custos das guerras impuseram uma inflexão pragmática. A NSS de 2006 (Marinho, 2012) preservou o núcleo antiterrorista, mas enfatizou o multilateralismo instrumental e o soft power. A substituição de Rumsfeld por Gates sinalizou uma reorientação mais realista, sem romper com a matriz securitária (Finguerut, 2008). Essa moderação originou o realismo wilsoniano — uma síntese entre fins idealistas e meios pragmáticos. Assim, o segundo mandato de Bush não abandonou sua doutrina, mas a reformulou, preparando o terreno para Obama.

A ascensão de Barack Obama, marcada pela retórica da mudança, encontrou um aparato securitário institucionalizado. Obama buscou reposicionar a imagem dos EUA, com o discurso do Cairo (Estados Unidos, 2009a) e a assinatura do JCPOA (Estados Unidos, 2015), tentando reintroduzir o wilsonianismo. No plano institucional, a continuidade manifestou-se na intersecção entre religião e política externa. O *Office of Faith-Based and Community Initiatives*, criado por Bush em 2001, foi mantido por Obama mediante a assinatura do Decreto Executivo 13498 em fevereiro de 2009 (Estados Unidos, 2009b). A reestruturação

não implicou ruptura, mas uma dessecularização institucional adaptativa que reafirmou a dimensão religiosa como instrumento de política. Essa herança forneceu a base para o reacionarismo da gestão Trump.

6.3.2 De Obama a Trump: rupturas, legados e a dialética da política externa dos EUA

A transição de Barack Obama para Donald Trump, por sua vez, foi marcada por uma profunda reação conservadora, sendo a política para o Oriente Médio um de seus principais catalisadores. O "cansaço imperial" gerado pelo intervencionismo de Bush, somado aos esforços de Obama em redirecionar os EUA para um multilateralismo wilsoniano — evidenciado pelo discurso do Cairo (Estados Unidos, 2009a), pela assinatura do acordo nuclear com o Irã (Estados Unidos, 2015) e pelos sucessivos atritos diplomáticos com o governo de Benjamin Netanyahu, culminando na abstenção americana à Resolução 2334 do Conselho de Segurança da ONU em dezembro de 2016 —, inflamou um vigoroso contragolpe. Essa reação mobilizou ativamente as bases jacksonianas, nacionalistas cristãs e sionistas cristãs, que viam na postura da gestão democrata uma ameaça inaceitável à aliança com Israel. Foi exatamente essa insatisfação estrutural que Trump canalizou na eleição de 2016, utilizando-a para sustentar e legitimar seus posteriores atos de ruptura unilateral: o abandono do JCPOA em 2018, a transferência da embaixada para Jerusalém e a consolidação dos Acordos de Abraão em 2020.

A gestão Biden encarna o choque entre a agenda restauradora wilsoniana e a realidade estrutural: polarização interna e rivalidade geopolítica. Sua estratégia incluiu retomar acordos multilaterais, tentar reingressar no JCPOA e gerir a retirada do Afeganistão (França *et al*., 2024), preservando a rivalidade com a China herdada de Trump. Contudo, sua política externa, como a de seus predecessores, mostra-se seletiva, como visto na Liberdade Religiosa Internacional: fortes críticas à China coexistem com a omissão sobre a Arábia Saudita, um aliado que é "negador flagrante dos direitos das minorias religiosas" (Haynes, 2025, p. 304, tradução nossa). A inércia das crises herdadas e a incapacidade de resolver a polarização doméstica pavimentam o ressurgimento do trumpismo. O paradoxo entre rupturas discursivas e continuidades confirma-se como eixo da política americana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a intersecção entre o excepcionalismo americano e a influência religioso-protestante-evangélica na formulação da política externa dos Estados Unidos em relação a Israel durante as administrações iniciais de George W. Bush e Donald J. Trump. Na gestão de Bush, o excepcionalismo missionário, intrinsecamente ligado à sua fé evangélica, serviu como fundamento ideológico para a "Guerra ao Terror" e para a consolidação de Israel como um parceiro democrático estratégico na região. Em contraste, sob a presidência de Trump, o excepcionalismo nacionalista e a ascensão do Nacionalismo Cristão foram habilmente instrumentalizados não apenas para galvanizar sua base eleitoral, mas também para concretizar demandas teológicas específicas.

A intersecção entre o excepcionalismo americano e a religião é um campo de análise dinâmico, onde a gramática teológico-política serve como instrumento estratégico para legitimar políticas domésticas e externas. Enquanto a presidência de George W. Bush utilizou a fé para justificar uma intervenção global de caráter messiânico, cunhada como "Estado Cruzado", a administração de Donald Trump articulou uma narrativa de "Terra Prometida" para consolidar o poder interno. Longe de representar um mero recuo passivo e jeffersoniano (a clássica definição de "Terra Prometida" descrita por McDougall), Trump aglutinou agressividade militar jacksoniana e pragmatismo hamiltoniano para impor intervenções unilaterais no Oriente Médio. Suas ações não se restringiram à controversa transferência da embaixada, mas incluíram a denúncia unilateral do JCPOA (2018), o reconhecimento da soberania israelense sobre as Colinas de Golã (2019) e os Acordos de Abraão (2020), rompendo com o paradigma dos dois Estados.

Já Bush, além da consolidação de Israel no eixo antiterrorista e da aplicação do "princípio da sequência" contra Yasser Arafat, formalizou, por meio da troca oficial de cartas de 14 de abril de 2004 com Ariel Sharon, o reconhecimento das realidades demográficas dos assentamentos na Cisjordânia em detrimento dos acordos prévios do *Road Map*. Essas políticas revelam a interação sinérgica entre os impulsos ideacionais do sionismo cristão e a capacidade de pressão material exercida pelo Lobby de Israel (Mearsheimer; Walt, 2007).

Sob a ótica do realismo cristão de Niebuhr (2008), o excepcionalismo em ambas as gestões ilustra a ironia da húbris nacional. Se a arrogância messiânica de Bush gerou o caos regional ao tentar democratizar o Oriente Médio pela via armada, o nacionalismo de Trump operou uma húbris de autoengrandecimento particularista, descartando qualquer pretensão de inocência moral universal em prol de um poder bruto e transacional que erodiu a estabilidade

das alianças históricas do país. A plasticidade do discurso teológico-político americano sublinha a maleabilidade da interpretação religiosa em serviço de agendas políticas diametralmente distintas.

Este estudo, ao focar na comparação sincrônica da retórica presidencial pública e dos atos de Estado oficiais, reconhece seus limites metodológicos e abre caminhos para que futuras investigações explorem os bastidores das tensões burocráticas e as disputas teológicas não dispensacionalistas na formulação dessas diretrizes. Uma linha promissora seria analisar a política externa americana do século XXI como uma dialética contínua entre os impulsos do "Estado Cruzado" e da "Terra Prometida". Esse arcabouço teórico permitiria testar a hipótese de um movimento pendular, segundo o qual uma narrativa causal clara conecta os fracassos de uma administração à ascensão da seguinte. Tal pesquisa poderia detalhar como o intervencionismo de Bush e o subsequente "cansaço imperial", após uma tentativa de contenção na gestão Obama, geraram a contrarreação populista que elegeu Trump. Investigar essa oscilação ofereceria um modelo explicativo mais dinâmico para os ciclos da política externa dos EUA.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Elliott. **Tested by Zion**: the Bush administration and the Israeli-Palestinian conflict. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. E-book.

ALBUQUERQUE, Aline Gomes de. Trump e W. Bush: uma comparação possível? **OPEU**, [s. l.], 3 fev. 2020. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2020/02/03/trump-e-w-bush-uma-comparacao-possivel/. Acesso em: 15 abr. 2025.

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz; ROCHA, Daniel. A direita cristã nos Estados Unidos: usos do passado e projetos políticos (1980). **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1-39, mar. 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167217. Acesso em: 1º maio 2025.

AMSTUTZ, Mark R. **Evangelicals and American foreign policy**. New York: Oxford University Press, 2014. E-book.

ASWAR, Hasbi. The U.S. foreign policy under Trump administration to recognize Jerusalem as the state capital of Israel. **Nation State Journal of International Studies**, Yogyakarta, v. 1, n. 2, p. 132-141, dez. 2018. Disponível em: https://jurnal.amikom.ac.id/index.php/nsjis/article/view/136. Acesso em: 28 jul. 2025.

AYA SMITMANS, María Teresa. Ideales democráticos, religión y el Destino Manifiesto en la política exterior de los Estados Unidos. **OASIS**: Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales, Bogotá, n. 12, p. 143-158, dez. 2007. Disponível em: https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/2415. Acesso em: 22 abr. 2025.

BACEVICH, Andrew J. **The new American militarism**: how Americans are seduced by war. Updated ed. New York: Oxford University Press, 2013.

BANNER, Ray. Evangelicalism in the United States. **The Evangelical Quarterly**, Exeter, v. 39, n. 3, p. 155-164, jul./set. 1967.

BEBBINGTON, David W. **Evangelicalism in modern Britain**: a history from the 1730s to the 1980s. London: Routledge, 2005. E-book.

BEEKE, Joel R. **Vivendo para a glória de Deus**: uma introdução à fé reformada. Tradução: Francisco Wellington Ferreira. São José dos Campos: Fiel, 2010.

BELL, David A. American exceptionalism. *In*: KRUSE, Kevin M.; ZELIZER, Julian E. (org.). **Myth America**: historians take on the biggest legends and lies about our past. New York: Basic Books, 2022. p. 17-32.

BERGGREN, D. Jason; RAE, Nicol C. Jimmy Carter and George W. Bush: faith, foreign policy, and an evangelical presidential style. **Presidential Studies Quarterly**, Hoboken, v. 36, n. 4, p. 606-632, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1741-5705.2006.02570.x. Acesso em: 30 set. 2025.

BERRY, Damon. Voting in the kingdom: prophecy voters, the New Apostolic Reformation, and Christian support for Trump. **Nova Religio**: The Journal of Alternative and Emergent Religions, Berkeley, v. 23, n. 4, p. 69-93, maio 2020. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/755978. Acesso em: 3 out. 2025.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada. Abbotsford: Zeiset, 2020. E-book.

BLACK, Conrad; HALEY, Vince. **Donald J. Trump**: a president like no other. Washington, DC: Regnery Publishing, 2018. E-book.

BLANCH, Daniel. Los orígenes puritanos del patriotismo americano. **Foro Interno**: anuario de teoría política, Madrid, v. 10, p. 123-135, dez. 2010.

BUSH, George W. **Speech to American Israel Public Affairs Committee Conference**. [S. l.]: American-Israeli Cooperative Enterprise, 22 maio 2000. Disponível em: https://www.jewishvirtuallibrary.org/u-s-presidential-campaigns-george-w-bush-2000. Acesso em: 1º out. 2025.

BUSH, George W. **Address to a joint session of Congress and the American people**. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 20 set. 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html. Acesso em: 10 set. 2025.

BUSH, George W. **President Bush delivers graduation speech at West Point**. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 1 jun. 2002. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html. Acesso em: 29 ago. 2025.

BUSH, George W. **President discusses freedom in Iraq and Middle East**: remarks by the President at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 6 nov. 2003. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html. Acesso em: 30 out. 2025.

BUSH, George W. **Letter to Israeli Prime Minister Ariel Sharon**. Washington, DC: The White House, 14 abr. 2004a. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/04/20040414-3.html. Acesso em: 24 out. 2025.

BUSH, George W. **President's remarks at the 2004 Republican National Convention**. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 2 set. 2004b. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/09/20040902-2.html. Acesso em: 24 out. 2025.

BUSH, George W. Address to the Nation on the September 11 Attacks. *In*: BUSH, George W. **Selected speeches of President George W. Bush**: 2001–2008. Washington, DC: The White House, 2008. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

BUSH, George W. **Momentos de decisão**. Tradução: Barbara Duarte. Barueri: Novo Século Editora, 2012.

CAVANAUGH, William T. **Migrations of the holy**: God, state, and the political meaning of the church. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2011.

CELIN, Germano José Avendaño. **A aliança dos Estados Unidos e Israel**: a política externa estadunidense e seu conteúdo religioso. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12992. Acesso em: 5 jul. 2025.

CERQUEIRA, Marco Aurélio Ferreira Victorino. **O neoconservadorismo e a política externa dos Estados Unidos da América**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/145004. Acesso em: 9 abr. 2025.

CHEYFITZ, Eric. Cidadãos excepcionais: religião, genocídio e terras nos Estados Unidos e em Israel/Palestina. **EXILIUM**: Revista de Estudos da Contemporaneidade, Guarulhos, v. 2, n. 3, p. 211-226, nov. 2021. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/12904. Acesso em: 19 jul. 2025.

COHEN-ALMAGOR, Raphael. President Trump and the Israeli-Palestinian conflict. **E-International Relations**, Bristol, 10 mar. 2017. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=2931308. Acesso em: 30 jul. 2025.

CONLEY, Richard S. **Donald Trump and American populism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020. E-book.

CROFT, Stuart. Christian evangelicals and US foreign policy. *In*: PARMAR, Inderjeet; MILLER, Linda B.; LEDWIDGE, Mark (org.). **New directions in US foreign policy**. London: Routledge, 2009. p. 120-135.

DALRYMPLE, Theodore. **The new Vichy syndrome**: why European intellectuals surrender to barbarism. New York: Encounter Books, 2010. E-book.

DELLOUL, Riadh. **American exceptionalism**: a comparative study: Obama era vs. Trump era. 2021. Dissertação (Mestrado em Literatura e Civilização) – Faculty of Letters and Languages, Mohamed Khider University of Biskra, Biskra, 2021. Disponível em: http://archives.univ-biskra.dz/handle/123456789/18526. Acesso em: 29 jun. 2025.

DEN DULK, Kevin R.; ROZELL, Mark J. George W. Bush, religion, and foreign policy: personal, global, and domestic contexts. **The Review of Faith & International Affairs**, New York, v. 9, n. 4, p. 71-82, dez. 2011. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15570274.2011.630206. Acesso em: 26 jun. 2025.

DIETRICH, John W. (org.). **The George W. Bush foreign policy reader**: presidential speeches and commentary. New York: Routledge, 2015.

DU MEZ, Kristin Kobes. **Jesus e John Wayne**: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos. Tradução: Elissamai Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022.

DU PONT, Olaf. "But we're American...": the presence of American exceptionalism in the speeches of George W. Bush. **Lodz Papers in Pragmatics**, Warsaw, v. 3, n. 1, p. 119-136, ago. 2007. Disponível em: https://www.degruyter.com/document/doi/10.2478/v10016-007-0008-5/html. Acesso em: 26 jul. 2025.

DURBIN, Sean. **Righteous gentiles**: religion, identity, and myth in John Hagee's Christians United for Israel. Leiden; Boston: Brill, 2019.

DURHAM, Martin. Evangelical protestantism and foreign policy in the United States after September 11. **Patterns of Prejudice**, London, v. 38, n. 2, p. 145-158, jun. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0031322041000169234 9. Acesso em: 7 out. 2025.

ERICKSON, Millard J. **Dicionário popular de teologia**. Tradução: Emirson Justino. 1. ed. rev. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **The national security strategy of the United States of America**. Washington, DC: The White House, set. 2002. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/. Acesso em: 8 ago. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. **Roadmap for peace in the Middle East**: Israeli/Palestinian reciprocal action, Quartet support. Washington, DC: U.S. Department of State, 16 jul. 2003. Disponível em: https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/rls/22520.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. **Arafat should receive necessary medical help, White House says**. Washington, DC: U.S. Department of State, 29 out. 2004. Disponível em: https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-198553/. Acesso em: 5 ago. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **A new beginning**: speech in Cairo. Washington, DC: The White House, 4 jun. 2009a. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/foreign-policy/presidents-speech-cairo-a-new-beginning. Acesso em: 1º out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Amendments to Executive Order 13199 and Establishment of the President's Advisory Council for Faith-Based and Neighborhood Partnerships**. Washington, DC: The White House, 5 fev. 2009b. Disponível em: https://www.presidency.ucsb.edu/documents/executive-order-13498-amendments-executive-order-13199-and-establishment-the-presidents. Acesso em: 1º out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Statement by the President on Iran**. Washington, DC: The White House, 14 jul. 2015. Disponível em:

https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/07/14/statement-president-iran. Acesso em: 2 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **President Donald J. Trump's Proclamation on Jerusalem as the Capital of the State of Israel**. Washington, DC: The White House, 6 dez. 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-proclamation-jerusalem-capital-state-israel/. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **President Donald J. Trump is ending United States participation in an unacceptable Iran deal**. Washington, DC: The White House, 8 maio 2018a. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-ending-united-states-participation-unacceptable-iran-deal/. Acesso em: 7 ago. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **President Donald J. Trump keeps his promise to open U.S. Embassy in Jerusalem, Israel**. Washington, DC: The White House, 14 maio 2018b. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-keeps-promise-open-u-s-embassy-jerusalem-israel/. Acesso em: 7 ago. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **President Donald J. Trump's America first agenda is helping to achieve peace through strength**. Washington, DC: The White House, 25 set. 2018c. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-america-first-agenda-helping-achieve-peace-strength/. Acesso em: 14 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Proclamation on recognizing the Golan Heights as part of the State of Israel**. Washington, DC: The White House, 25 mar. 2019. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/proclamation-recognizing-golan-heights-part-state-israel/. Acesso em: 30 jul. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Peace to prosperity**: a vision to improve the lives of the Palestinian and Israeli people. Washington, DC: The White House, 28 jan. 2020a. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/peacetoprosperity/. Acesso em: 30 jul. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Remarks by President Trump and Prime Minister Netanyahu of the State of Israel in joint statements**. Washington, DC: The White House, 28 jan. 2020b. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-prime-minister-netanyahu-state-israel-joint-statements/. Acesso em: 30 ago. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Trump Administration accomplishments**. Washington, DC: The White House, jan. 2021. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/trump-administration-accomplishments/. Acesso em: 30 jul. 2025.

FEA, John. **Believe me**: the evangelical road to Donald Trump. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2018. E-book.

FERREIRA, Franklin. **Por amor de Sião**: Israel, Igreja e a fidelidade de Deus. São Paulo: Vida Nova, 2022.

FINGUERUT, Ariel. Os neoconservadores e a Direita Cristã nas administrações de George W. Bush. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: ANPUH; Unisinos, 2007. p. 1-10. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_9ccbaaf1cdfaa121d19a0aca51b0c5f0.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

FINGUERUT, Ariel. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/98996. Acesso em: 26 jun. 2025.

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 149-185, 2007.

FRANÇA, Gustavo; CESCA, Gustavo; COMIN, Antonio. A política externa dos Estados Unidos vigente na Doutrina Bush: a Guerra ao Terror. **Cacupé: Revista de Textualidades Acadêmicas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 38-51, 2024. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/cacupe/article/view/7170. Acesso em: 8 out. 2025.

FREEDMAN, Robert O. Israel and the United States. *In*: FREEDMAN, Robert O. (org.). **Contemporary Israel**: domestic politics, foreign policy, and security challenges. Boulder: Westview Press, 2009. p. 253-295.

GALLO, Rafael Mandagaran. **Política externa e ideologia**: a contradição entre a missão civilizatória estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89722. Acesso em: 23 abr. 2025.

GERSON, Michael J. **Heroic conservatism**: why Republicans need to embrace America's ideals (and why they deserve to fail if they don't). New York: HarperOne, 2007. E-book.

GILMORE, Jason; ROWLING, Charles. **Exceptional me**: how Donald Trump exploited the discourse of American exceptionalism. London: Bloomsbury Publishing, 2021. E-book.

GINGRICH, Newt. **A nation like no other**: why American exceptionalism matters. Washington, DC: Regnery Publishing, 2011. E-book.

GURTOV, Melvin. **America in retreat**: foreign policy under Donald Trump. Lanham: Rowman & Littlefield, 2021. E-book.

HAYNES, Jeffrey. Religion and foreign policy: from Bush to Biden. *In*: HAYNES, Jeffrey (org.). **The Routledge handbook of politics and religion in contemporary America**. Abingdon: Routledge, 2025. p. 297-312.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ROSA, William Torres Laureano da. Excepcionalismo americano, direitos humanos e política externa dos Estados Unidos no pós-11 de setembro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais; IRI-USP, 2011. p. 1-19.

HUGHES, David. Unmaking an exception: a critical genealogy of US exceptionalism. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 41, n. 3, p. 527-551, jul. 2015. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/7EF117CCDCE464AD3F08EC63D61D2B74. Acesso em: 1º out. 2025.

HULSE, Erroll. **Introduction to the Puritans**. Memorial ed. Pensacola: Chapel Library, 2020. Disponível em: https://www.chapellibrary.org/book/ittp/introduction-to-the-puritans-memorial-edition-hulseerroll. Acesso em: 30 jul. 2025.

HUMMEL, Daniel G. **Covenant Brothers**: Evangelicals, Jews, and U.S.-Israeli Relations. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

JENKINS, Philip. **Breve historia de Estados Unidos**. Tradução: Guillermo Villaverde López; Eduardo Cañas Rello. 5. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2019. E-book.

JUDIS, John B. The chosen nation: the influence of religion on U.S. foreign policy. **Insight Turkey**, Ankara, v. 7, n. 1, p. 1-8, jan./mar. 2005.

KANG, Ning. Puritanism and its impact upon American values. **Review of European Studies**, Toronto, v. 1, n. 2, p. 148-151, dez. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.5539/res.v1n2p148. Acesso em: 1 abr. 2025.

KASPI, André. Les États-Unis et Israël sous la présidence de George W. Bush. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, Paris, n. 97, p. 53-61, jan./mar. 2008. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2008-1-page-53?lang=fr. Acesso em: 2 set. 2025.

KOYZIS, David T. **Visões e ilusões políticas**: uma análise crítica cristã das ideologias contemporâneas. Tradução: Lucas G. Freire; Leandro Bachega. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Vida Nova, 2021.

LAGO, Davi Pereira do. **A influência do calvinismo na fundação da democracia norte-americana**. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria do Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_LagoDP_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

LIPSET, Seymour Martin. **American exceptionalism**: a double-edged sword. New York: W.W. Norton, 1996.

LYNCH, Timothy J. **In the shadow of the Cold War**: American foreign policy from George Bush Sr. to Donald Trump. New York: Cambridge University Press, 2020.

MACHADO, Carolina Silva Horta. Estados Unidos: identidade nacional e permanência dos mitos fundacionais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR), 14., 2015, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: ABHR, 2015. p. 416-422. Disponível em: https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/907. Acesso em: 12 abr. 2025.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **Porque as ideias importam**: a crença no excepcionalismo americano como guia de formulação das grandes estratégias dos Estados Unidos no alvorecer da superpotência. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas', Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/93733. Acesso em: 10 abr. 2025.

MANSFIELD, Stephen. **A fé de George W. Bush**. Tradução: Marco Antonio Coelho. Niterói: BV Books, 2011.

MARGOLIS, Michele F. Who wants to make America great again?: understanding evangelical support for Donald Trump. **Politics and Religion**, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 89-118, jul. 2019. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/C3D6FC81996221BD9E789C0289B49E1A. Acesso em: 29 ago. 2025.

MARINHO, Joana Almeida. **A administração George W. Bush e a promoção da democracia no Médio Oriente**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.14/15441. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARSDEN, George M. **Fundamentalism and American culture**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2022.

MARSDEN, Lee. **For God's sake**: the Christian Right and US foreign policy. New York: Zed Books, 2008.

MATEO, Luiza Rodrigues. A direita cristã e a política externa norte-americana durante a administração W. Bush. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais; IRI-USP, 2011a. p. 1-18. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300013&script=sci_arttext. Acesso em: 1º maio 2025.

MATEO, Luiza Rodrigues. **Deus abençoe a América**: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2011b. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/98111. Acesso em: 11 abr. 2025.

MCDOUGALL, Walter A. **Promised land, crusader state**: the American encounter with the world since 1776. Boston: Houghton Mifflin Company, 1997. Disponível em: https://archive.org/details/promisedlandcrus0000mcdo. Acesso em: 17 jun. 2025.

MCGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução à teologia cristã. Tradução: Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MEAD, Walter Russell. **Special providence**: American foreign policy and how it changed the world. New York: Routledge, 2002.

MEAD, Walter Russell. **The arc of a covenant**: the United States, Israel, and the fate of the Jewish people. New York: Alfred A. Knopf, 2022. E-book.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and U.S. foreign policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MELO, Shesmman Fernandes Barros de. Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional contemporânea. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 4, p. 293-297, out./dez. 2011. Resenha de: DINIZ, Eugenio (org.). **Estados Unidos**: política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: PUC Minas; Embaixada dos Estados Unidos da América, 2009. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4278. Acesso em: 14 jul. 2025.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; RIBEIRO, Gabriel Almeida. "God wants me to be president": o papel do cinturão bíblico na política contra o terror durante os governos de George W. Bush. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 360-379, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2017v24n38p360. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOENS, Alexander. **The foreign policy of George W. Bush**: values, strategy, and loyalty. Aldershot: Ashgate Publishing, 2004.

MONTEN, Jonathan. The roots of the Bush Doctrine: power, nationalism, and democracy promotion in U.S. strategy. **International Security**, Cambridge, v. 29, n. 4, p. 112-156, Spring 2005.

MORIN, Rebecca. Pompeo says 'it's possible' Trump was sent to save the Jewish people. **Politico**, [s. l.], 22 mar. 2019. Foreign Policy. Disponível em: https://www.politico.com/story/2019/03/22/pompeo-trump-israel-iran-1232587. Acesso em: 5 ago. 2025.

MURRAY, Donette; BROWN, David; SMITH, Martin A. **George W. Bush's foreign policies**: principles and pragmatism. Abingdon: Routledge, 2018. E-book.

NABERS, Dirk; PATMAN, Robert G. September 11 and the rise of political fundamentalism in the Bush administration: domestic legitimatization versus international estrangement? **Global Change, Peace & Security**, London, v. 20, n. 2, p. 169-183, 1 jun. 2008. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14781150802079714. Acesso em: 8 out. 2025.

NEVES, André Luiz Varella. Governo George W. Bush (2001-2004): análise dos documentos que produziram a estratégia de segurança do século XXI. **Revista da Escola de Guerra**

Naval, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 87-112, jul./dez. 2011. Disponível em: https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4654. Acesso em: 30 ago. 2025.

NIEBUHR, Reinhold. **The nature and destiny of man**: a Christian interpretation. Com introdução de Robin W. Lovin. Louisville: Westminster John Knox Press, 1996. 2 v.

NIEBUHR, Reinhold. **The irony of American history**. With a new introduction by Andrew J. Bacevich. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

NOLL, Mark A. **The scandal of the evangelical mind**: with a new preface & afterword. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2022.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de; CORRÊA, Matheus Felipe. O sionismo evangélico e o apoio dos EUA a Israel durante o Governo Donald Trump. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 12, n. 24, p. 413-441, 2024. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17384. Acesso em: 14 ago. 2025.

ÖZÇELIK, Onur Mert; OKUR, Mehmet Akif. The evangelical effect over Donald Trump's policies toward Israel and Iran. **Yıldız Sosyal Bilimler Enstitüsü Dergisi**, Istanbul, v. 5, n. 1, p. 12-25, jun. 2021. Disponível em: https://dergipark.org.tr/tr/pub/ysbed/issue/65290/941511. Acesso em: 5 set. 2025.

PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. E-book. Disponível em: https://books.scielo.org/id/3wsmq. Acesso em: 1º ago. 2025.

PELLEGRINI, Ramon Trindade. **"O mundo sempre lembrará o 11 de setembro"**: a construção de uma memória do terrorismo durante o governo de George W. Bush. 2015. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015. Disponível em: https://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-RamonPelegrini.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

PERES, Thomas Ewerton Laurindo Pessoa. **A influência do calvinismo no processo de fundação e desenvolvimento dos Estados Unidos**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11871. Acesso em: 16 jul. 2025.

PETRAS, James. **The power of Israel in the United States**. Atlanta: Clarity Press, 2006.

PIPER, John. **Every president will be a footnote**: interview with John Piper. Minneapolis: Desiring God, 7 nov. 2016. Disponível em: https://www.desiringgod.org/interviews/every-president-will-be-a-footnote. Acesso em: 15 abr. 2025.

POWASKI, Ronald E. **Ideals, interests, and U.S. foreign policy**: from George H. W. Bush to Donald Trump. New York: Palgrave Macmillan, 2020.

PRESTON, Andrew. **Sword of the spirit, shield of faith**: religion in American war and diplomacy. New York: Alfred A. Knopf, 2012. E-book.

REINKE, André Daniel. **Paixão por Israel**: aspectos da judeofilia no protestantismo brasileiro e seus reflexos no cotidiano religioso do Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2022. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SlFE/1124. Acesso em: 30 mar. 2025.

REINSTEIN, Josh. **Titus, Trump and the triumph of Israel**: the power of faith-based diplomacy. Jerusalem: Gefen Publishing House, 2020.

RESENDE, Erica Simone de Almeida. **Americanidade, puritanismo e política externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas de política externa norte-americana. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28102009-094933/pt-br.php. Acesso em: 19 jul. 2025.

RESENDE, Erica Simone de Almeida. A Direita Cristã e a política externa norte-americana: a construção discursiva da aliança entre Estados Unidos e Israel com base na ideologia evangélico-protestante. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 3-20, 2010. Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/526. Acesso em: 29 ago. 2025.

RESTAD, Hilde Eliassen. **American exceptionalism**: an idea that made a nation and remade the world. Abingdon: Routledge, 2015. E-book.

RESTAD, Hilde Eliassen. Whither the “city upon a hill”?: Donald Trump, America first, and American exceptionalism. **Texas National Security Review**, Austin, v. 3, n. 1, p. 62-92, winter 2020. Disponível em: https://tnsr.org/2019/12/whither-the-city-upon-a-hill-donald-trump-america-first-and-american-exceptionalism/. Acesso em: 5 jun. 2025.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. O Dia de Ação de Graças nos EUA: pressupostos religiosos na construção da identidade nacional norte-americana. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 132-154, ago./dez. 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/40542. Acesso em: 4 jul. 2025.

RODRÍGUEZ BLANCO, Patricia. La política de los presidentes Obama y Trump con Israel. **Revista UNISCI**, Madrid, n. 48, p. 209-228, out. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.31439/UNISCI-22. Acesso em: 30 jul. 2025.

ROLLAND, Jean-Luc. Une nation écrite de la main même de Dieu: genèse et actualité du puritanisme américain. **Études**, Paris, n. 4, p. 71-82, abr. 2018. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-etudes-2018-4-page-71?lang=fr. Acesso em: 9 abr. 2025.

ROSS, Dennis. **Doomed to succeed**: the U.S.-Israel relationship from Truman to Obama. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015. E-book.

ROST, Maurits L. C. **In peaces**: the Bush Administration and the Israel-Palestine conflict, 2001-2006. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Americanos) – Utrecht University, Utrecht, 2010. Disponível em: https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/4754. Acesso em: 19 jul. 2025.

SABINO, Igor. **Por amor aos patriarcas**: reflexões brasileiras sobre antissemitismo e sionismo cristãos. 1. ed. Brasília, DF: Editora 371, 2020. 157 p.

SACHS, Jeffrey D. **A new foreign policy**: beyond American exceptionalism. New York: Columbia University Press, 2018. E-book.

SAIYA, Nilay. God of War, God of peace: the political ambivalence of Christianity in American foreign policy. **Journal of Church and State**, Oxford, v. 64, n. 3, p. 458-478, ago. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jcs/csac021. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Bárbara Thaís Pinheiro; FORTUNA, David Neder Issa. Os Acordos de Abraão: implicações regionais e internacionais. **Publicações do GEOMM**, Belo Horizonte, p. 1-11, 12 jul. 2021. Disponível em: https://geomm.com.br/wp-content/uploads/2021/07/ACORDOS-DE-ABRAAO.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, Miguel Gonçalves Cruz Brigham da. **A construção ideacional da Guerra Hispano-Americana de 1898**: o papel do excepcionalismo e do destino manifesto. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/174944. Acesso em: 30 abr. 2025.

SIMÕES, Eduardo; MARTINS, Jorge. Uma nação sob Deus: o sonho do fundamentalismo cristão nos EUA. *In*: CAMPOS, Breno Martins; SALLES, Walter Ferreira (org.). **Fundamentalismos religiosos**: três abordagens distintas e complementares. São Paulo: Fonte Editorial, 2017. p. 71-87.

SMITH, Gary Scott. **Faith and the presidency**: from George Washington to George W. Bush. New York: Oxford University Press, 2006.

SPECTOR, Stephen. **Evangelicals and Israel**: the story of American Christian Zionism. New York: Oxford University Press, 2009.

STONE, Aaron William. **Dispensationalism and United States foreign policy with Israel**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – The University of Texas at Arlington, Arlington, 2008.

STROOPE, Samuel; FROESE, Paul; RACKIN, Heather M.; DELEHANTY, Jack. Unchurched Christian Nationalism and the 2016 U.S. Presidential Election. **Sociological Forum**, Hoboken, v. 36, n. 2, p. 405-425, 2021. DOI: https://doi.org/10.1111/socf.12684. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/socf.12684. Acesso em: 4 ago. 2025.

SZABO, Stephen. **US Foreign Policy Under Bush II:** A Potential Shift After the First Term. [S. l.]: Istituto Affari Internazionali, 2022. Disponível em: https://coilink.org/20.500.12592/2kt39p. Acesso em: 24 out. 2025.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17449. Acesso em: 26 jun. 2025.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**: edição integral. Tradução: Julia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019. E-book.

TRUMP, Donald J. **The inaugural address**. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 20 jan. 2017a. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/. Acesso em: 30 jul. 2025.

TRUMP, Donald J. **Remarks by President Trump in joint address to Congress**. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 28 fev. 2017b. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-joint-address-congress/. Acesso em: 30 jul. 2025.

ÜLGÜL, Murat. Faith abroad: how religion shapes Trump administration's foreign policy. **International Relations**, London, v. 35, n. 4, p. 551-573, dez. 2021. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047117821999434. Acesso em: 17 jul. 2025.

WHEELER, Nicholas J. The Bush Doctrine: the dangers of American exceptionalism in a revolutionary age. **Asian Perspective**, Baltimore, v. 27, n. 4, p. 183-216, 2003. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/1/article/784700. Acesso em: 6 nov. 2025.

WHITEHEAD, Andrew L.; PERRY, Samuel L. **Taking America back for God**: Christian nationalism in the United States. New York: Oxford University Press, 2020. E-book.

WHITEHEAD, Andrew L.; PERRY, Samuel L.; BAKER, Joseph O. Make America Christian again: Christian nationalism and voting for Donald Trump in the 2016 presidential election. **Sociology of Religion**, Oxford, v. 79, n. 2, p. 147–171, 2018.

WINTHROP, John. **A modell of Christian charity**. 1630. Austin: University of Texas at Austin, 2015. Disponível em: https://minio.la.utexas.edu/webeditor-files/coretexts/pdf/163020model20of20christian20charity.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

ZHOU, Shaoqing. American evangelical nationalism: history, status quo, and outlook. **International Journal of Anthropology and Ethnology**, [S. l.], v. 7, n. 1, art. 22, dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s457-023-00101-3. Acesso em: 1º maio 2025.

ZOUGHBIE, Daniel E. **Indecision points**: George W. Bush and the Israeli-Palestinian conflict. Cambridge: The MIT Press, 2014. (Belfer Center Studies in International Security).